



Tarso Genro (ao centro, entre Luís Paulo Barreto e o senador Eduardo Azeredo) nega ter usado critério diferente no caso dos cubanos

Razões humanitárias justificaram refúgio a Battisti, diz Tarso

páginas 6 e 7

Plenário vota mais uma medida para combater a crise

O Senado deve examinar nesta semana mais uma medida provisória destinada a combater os efeitos da crise financeira no Brasil. A iniciativa amplia prazos

para empresas pagarem impostos, aumentando assim seu capital de giro. Semana passada, debate com economistas mobilizou senadores, que aprovaram outra MP anticrise.

páginas 2 e 3

justiça

Comissão limita benefício da prisão especial

página 4

hora extra

Sarney quer ponto eletrônico para servidor

página 12

cidadania

Labirintite, um mal que tira as pessoas do prumo

Conheça causas, sintomas e tratamentos para os problemas que afetam o labirinto, parte interna do ouvido, responsável pela audição e pelo equilíbrio do corpo.

página 16

e mais...

ambiente legal	5
agora é lei	9
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



Feira do Livro de Brasília atrai público de todas as idades há 27 edições: tentativa de melhorar o baixo índice de leitura nacional

Mercado editorial sofre redução de pontos-de-venda e de tiragens

páginas 8 e 9

agenda

Senadores analisam ampliação dos prazos de pagamento de impostos

Medida provisória aumenta entre cinco e dez dias os prazos de recolhimento dos tributos. Ministério da Fazenda estima que empresas terão R\$ 21 bilhões para girar no caixa antes de fazer pagamentos

Uma das iniciativas adotadas pelo governo para contornar os efeitos da crise financeira mundial, a Medida Provisória (MP) 447/08, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 1/09), poderá ser votada pelos senadores na sessão plenária desta terça-feira. A MP amplia os prazos de pagamento de impostos e contribuições.

A proposta aumenta entre cinco e dez dias os prazos de recolhimento dos tributos para deixar por mais tempo no caixa das empresas o dinheiro reservado a esses pagamentos. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, os novos prazos permitem às empresas girar cerca de R\$ 21 bilhões no caixa antes do pagamento dos tributos.

Entre os tributos que terão

maior prazo para pagamento estão o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o recolhimento das contribuições previdenciárias. A MP modifica a Lei 8.212/91 (sobre a organização da Seguridade Social e seu plano de custeio).

Segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega, as soluções adotadas, juntamente com outras estabelecidas por MPs de combate à crise financeira (veja página 3), possibilitam a manutenção do atual nível de atividade econômica e de investimentos, além da geração de emprego e renda. O capital de giro das empresas brasileiras têm sofrido impacto desde o início da crise.

Projeto de lei garante assistência médica às mães presas

A pauta do Plenário também traz o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 105/03, que dá nova redação à Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) para assegurar, às mães presas e aos recém-nascidos, condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico à mulher no pré-natal e no pós-parto e atendimento clínico ao bebê. O projeto recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A relatora foi a senadora Serys

Slhessarenko (PT-MT).

Pelo PLC, os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo, até os seis meses de idade. Essas penitenciárias também deverão ter uma seção para gestantes e parturientes e outra de creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos, para assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa.



Serys Slhessarenko é a relatora na Comissão de Constituição e Justiça do projeto de lei da Câmara que assegura acompanhamento médico no pré-natal e pós-parto

GERALDO MAGELA

Informação sobre raça pode entrar em registros escolares

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) analisa nesta terça-feira relatório do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) favorável à aprovação do projeto de lei da Câmara (PLC 79/09) que cria a obrigatoriedade de inclusão do quesito cor/raça nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de ensino.

As informações coletadas, observou o senador, serão utilizadas em análises estatísticas.

– Com base na ampliação da coleta de dados, será possível a todos os gestores de educação do país definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade racial na comunidade escolar – afirmou o senador.

CAE examina fim do contingenciamento de verbas para segurança

Recursos anuais previstos no Orçamento da União para a segurança pública não poderão mais ser contingenciados, o que quer dizer que o governo terá que executar toda a programação de despesa prevista na lei orçamentária para o setor, aprovada pelo Congresso Nacional. É o que prevê projeto (PLS 90/07 – complementar) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que deverá ser examinado nesta terça-feira, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O relator, senador Gilvam Borges (PMDB-AP), é favorável ao projeto.

Plenário debate regras para gestão de cooperativas e recesso forense

O Plenário pode examinar substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 6/03) que institui novas regras para o funcionamento da administração e do conselho fiscal das sociedades cooperativas. Pelo texto, o conselho de administração das cooperativas, composto exclusi-

vamente por assembleia-geral, terá mandato nunca superior a quatro anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros.

Esse conselho responderá pela alta gestão da cooperativa, conforme a matéria. As regras para a eleição, mandato e renovação

valem também para a diretoria da cooperativa quando não houver conselho de administração.

Recesso e feriados forenses

Outro item é o substitutivo ao PLC 6/07, que trata de feriados forenses, os quais, de acordo com

o texto, ficam compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, além do período entre quarta-feira e o Domingo de Páscoa, da segunda e da terça-feira de Carnaval e dos dias 11 de agosto e 1 e 2 de novembro. O projeto acrescenta um feriado – 8 de dezembro, Dia da Justiça.

comissões

Segunda-feira

9h – JURISTAS

CPP – Comissão que vai propor anteprojeto de reforma do Código do Processo Penal tem reunião de trabalho. Na terça-feira, reúne-se no mesmo horário.

Terça-feira

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IPI – Senadores analisam projeto que isenta produtos escolares do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos. Ainda na pauta, projeto que prevê incentivo fiscal ao empregador que construir habitação para o empregado.

10h30 – REGIMENTO INTERNO

Comissões – Debate sobre “Comis-

sões: tipos e organização, competência, emendamento e relatoria”.

11h – EDUCAÇÃO

Livro – O primeiro dos 15 itens em pauta é o projeto que cria o Programa Cesta Básica do Livro – para garantir um acervo mínimo de livros às famílias de estudantes do ensino público fundamental e médio.

11h30 – INFRAESTRUTURA

Rodovias – Os senadores Fernando Collor, Eliseu Resende e Marconi Perillo participam de audiência no gabinete do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer. Os parlamentares tratam de assuntos pertinentes à tramitação do projeto de lei da Câmara (PLC 18/00) que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação, aprovado pela comissão.

Quarta-feira

9h – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ministro – Audiência pública com o

ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, sobre as diretrizes e programas prioritários do Ministério da Ciência e Tecnologia.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Cotas – A comissão realiza debate sobre projeto de lei da Câmara (PLC 180/08) que reserva 50% das vagas em universidades públicas para alunos e egressos de escolas públicas. Foram convidados, entre outros, o cientista político Bolívar Lamounier; o doutor em Geografia Humana Demétrio Magnoli; o presidente da ONG Nação Mestiça, Helderli Castro de Sá Alves; o presidente do Fórum Afro da Amazônia, Francisco Jhony Rodrigues Silva; a coordenadora do Movimento Negro Socialista de Santa Catarina, Vera Fávero; e representantes de ONGs ligadas ao assunto. Na segunda etapa da reunião, os senadores analisam pauta com 24 itens.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Energia solar – A comissão analisa projeto que altera o Estatuto da Cida-

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Impostos – A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão PLV 1/09 (proveniente da Medida Provisória 447/08) que aumenta o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais. Com a medida, o governo pretende garantir que

as empresas mantenham em caixa por mais tempo o dinheiro destinado a esses pagamentos.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

Quinta-feira

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Indicações – Em análise, as indicações de Paulo Antonio Pereira Pinto para a embaixada do Brasil no Azerbaijão; Renate Stille, na Nova Zelândia, e Marcela Maria Nicodemos, na Armênia.

crise

CAE agenda debates sobre problemas econômicos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará uma série de audiências públicas para discutir a crise econômica internacional e seu impacto sobre a economia brasileira. Um dos 12 requerimentos aprovados pela comissão na terça-feira, do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), convida a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil da Presidência da República, para debater o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Outras audiências, em datas a serem marcadas, discutirão a crise na citricultura paulista; os problemas enfrentados pela Embraer (que já demitiu mais de 4 mil trabalhadores); o planejamento da Petrobras para o período 2009/2013; os elevados *spreads* bancários; a liberação de R\$ 100 bilhões pelo Tesouro

Nacional para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e a desvalorização do real.

A pedido de Mercadante, a CAE adiou a votação da programação monetária do Banco Central para o 1º trimestre de 2009. Segundo o senador, é necessário ouvir antes o presidente da instituição, Henrique Meirelles.

Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Delcídio Amaral (PT-MS), presidente e vice-presidente da CAE, questionaram a centralização das discussões sobre a crise na Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, criada este ano pelo presidente do Senado, José Sarney, já que, no final do ano passado, a CAE havia criado uma subcomissão para debater a crise e o desemprego.

Criado conselho para fazer defesa comercial do Brasil

A criação do Conselho de Defesa Comercial, órgão federal deliberativo que terá como atribuições estabelecer diretrizes e procedimentos para investigação de práticas desleais de comércio exterior, foi aprovada na quarta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), em decisão terminativa. A proposta, um substitutivo a projeto (PLS 715/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) relatado na CCJ por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), vincula o conselho ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O órgão poderá fixar direitos compensatórios (provisórios ou definitivos), salvaguardas e contra a prática de *dumping* (venda de produtos a

preço mais baixo que o de custo, com a finalidade de eliminar a concorrência e conquistar fatias maiores de mercado).

Segundo Dornelles, o projeto aperfeiçoa o sistema de defesa comercial do Brasil, que, embora razoavelmente organizado, atua com lentidão e é extremamente hesitante em relação à aplicação de direitos provisórios.

“O país está sendo inundado por quantidade enorme de produtos que aqui chegam com preços inferiores aos praticados no mercado de origem ou com elevado grau de subsídios. Essas práticas desleais de comércio estão causando danos à produção nacional”, justifica Francisco Dornelles.

CRISE NA PECUÁRIA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) decidiu realizar audiências públicas sobre a situação da pecuária brasileira. Nesta terça-feira, a comissão debate a situação dos frigoríficos com representantes dos ministérios da Fazenda e da Agricultura; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); da rede de frigoríficos Independência; e das associações brasileiras das Indústrias de Exportadoras de Carne e de Frigoríficos.

CEARÁ EMPRESTARÁ DO BID

O Ceará foi autorizado pela Comissão de Assuntos Econômicos a contratar empréstimo de US\$ 41 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para modernizar e integrar sua gestão fiscal, financeira e de ativos. O BID emprestará US\$ 500 milhões a vários estados brasileiros para financiar o Programa de Modernização Fiscal. Se a operação for aprovada pelo Plenário do Senado, o Ceará será o primeiro beneficiado.

ISENÇÃO PARA DIABÉTICOS

Na quarta-feira, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que isenta da cobrança do Imposto de Renda os proventos de aposentadoria ou reforma dos portadores do diabetes melito e da fibrose cística. O projeto inclui as duas doenças no grupo definido pela legislação com “passível de isenção fiscal”. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será examinada em decisão terminativa.

CAS ISENTA TAXISTAS DO IPI

A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos usados por pessoa com deficiência ou taxistas pode ser prorrogada até 2014, conforme projeto do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) aprovado na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos, onde será votada em decisão terminativa. A isenção do IPI terminaria no fim deste ano.



Camargo, Dornelles, Garibaldi, Mailson, Schymura e Lisboa: discussão em busca de soluções para os impactos da crise

Baixa nos juros não vai reduzir *spread* bancário

Em debate na CAE e na Comissão da Crise, economistas afirmam que o aumento das estimativas de risco dos bancos impedirá queda dos juros

Mesmo que o Banco Central baixe ainda mais a taxa básica de juros, a Selic, o *spread* (diferença entre o que os bancos pagam pelo dinheiro captado e o que cobram para emprestá-lo) continuará alto em razão das estimativas de risco das instituições. Essa é a visão dos economistas Mailson da Nóbrega, José Márcio Camargo e Marcos de Barros Lisboa.

Eles participaram na quinta-feira, junto com o economista Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, de um debate sobre crédito e taxas de juros em audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade.

Um dos principais objetivos dos presidentes da CAE, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e da Comissão da Crise, Francisco Dornelles (PP-RJ), é diminuir o *spread*, hoje na casa dos 40%.

– Até quando teremos de amargar o maior *spread* bancário do mundo? – perguntou Dornelles aos economistas.

Na avaliação de Mailson, o projeto mais importante neste momento é o PLS 405/07, do Senado, que institui o cadastro positivo. A proposta, que está em análise na Câmara, permite

o acesso pelos bancos a um cadastro de informações financeiras do cidadão, desde que por este autorizado. Em tese, os bancos ofereceriam juros mais baixos para os bons pagadores constantes do cadastro.

Menos tributos sobre salários

A redução de impostos também foi discutida na audiência. Para os economistas, a medida poderia estimular a atividade econômica prejudicada pela crise global de crédito.

– Eu alocaria o máximo de dinheiro que eu pudesse para sustentar a redução das con-

tribuições sobre a folha de salários – recebeu José Márcio Camargo.

Os economistas também insistiram na tese de que se promovam reformas estruturais, algumas a cargo do Congresso Nacional, como forma de o Brasil diminuir os riscos de sua economia e obter vantagens na disputa por créditos e investimentos.

Participaram ainda do encontro os senadores Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Cadastro positivo aprovado pelo Senado seria uma solução

Para Sarney, crise já chegou

Na audiência conjunta da CAE e da Comissão da Crise, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que já vê evidências da chegada da crise mundial ao Brasil.

– Moro em São Luís, próximo ao porto onde os navios esperam para carregar minérios. Era um exercício de felicidade contá-los em média de 30. No dia 3 de janeiro, abri a janela e contei apenas dois navios na

bacia de espera do porto pelo qual exportamos 110 milhões de toneladas de minério de ferro em 2008. E aí eu disse: acabo de olhar a crise pela janela – contou.

Sarney agradeceu a presença dos economistas e destacou a importância da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade na proposição de soluções para o combate à crise no país.

Caixa poderá investir mais na construção civil

A Caixa Econômica Federal foi autorizada pelo Plenário do Senado a destinar ao financiamento do setor da construção civil parte dos dividendos e juros que deveriam ser recolhidos aos cofres do Tesouro Nacional. A medida – contida em projeto de lei de conversão (PLV 31/08) elaborado sobre a Medida Provisória 445/08 –, faz parte das primeiras providências adotadas pelo governo federal no intuito de enfrentar as consequências da crise financeira internacional iniciada em meados de 2008. O re-

lator, Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu no projeto outros artigos que criam também incentivos para os setores de produção de cacau, café, camarão e álcool.

Jucá afirma que buscou aperfeiçoar o PLV aprovado na Câmara e que suas emendas corrigem algumas mudanças feitas pelos deputados e inserem itens de renegociação das dívidas agrícolas que não haviam sido incluídos no acordo negociado em 2008.

– As emendas mais importantes referem-se à ampliação dos procedimentos de renegociação

das dívidas agrícolas. Nós incluímos setores que não haviam sido atendidos no ano passado, principalmente os setores do café, cacau e camarão. Também construímos uma sistemática que vai possibilitar a melhoria na estocagem do álcool. As safras que estão sendo colhidas agora, principalmente no Sudeste, terão mecanismos de financiamento para que o álcool possa ficar no país – explicou o relator.

Por ter recebido emendas no Senado, o PLV 31/08 retorna agora à Câmara.

decisões

CCJ restringe acesso a prisão especial

Projeto que reforma Código de Processo Penal permite monitoramento eletrônico de presos, atualiza valores de fiança e amplia prisão preventiva

A prisão especial para pessoas com curso superior, padres, líderes religiosos e cidadãos com títulos de relevantes serviços deve acabar. A decisão foi tomada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou projeto (PLC 111/08) com esse conteúdo. A matéria vai a Plenário.

O texto do relator, Demostenes Torres (DEM-GO), altera o Código de Processo Penal e limita a prisão especial a ministros; governadores, senadores, deputados; prefeitos e vereadores; membros das Forças Armadas; magistrados, delegados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; membros dos tribunais de Contas; e cidadãos que já foram jurados.

O projeto estabelece o monitoramento eletrônico de detentos com pulseira ou "tornozeleira". Os valores de fiança também são atualizados, inclusive para crimes do colarinho-branco, para os quais o



Relator do projeto, Demostenes acredita que medidas poderão diminuir a população carcerária e dar agilidade a juizes na decretação de prisões

valor máximo pode chegar a R\$ 93 milhões. A fiança só será possível para infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a quatro anos.

O texto ainda determina que a prisão seja comunicada ao Ministério Público; eleva de 70 para 80 anos a idade em que pessoa

em prisão preventiva possa pedir prisão domiciliar; limita a prisão preventiva a 180 dias; e prevê que o juiz possa decretar prisão preventiva quando o crime envolver violência doméstica. O projeto, já aprovado pela Câmara, foi proposto em 2000, por uma comissão de juristas do Executivo.

Informações sobre licitações deverão ser divulgadas na internet

Todas as informações referentes a processos de licitação deverão ser divulgadas por meio da internet. A obrigatoriedade consta de projeto (PLC 88/08) aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) que irá ao exame da CCJ e do Plenário.

O texto aprovado modifica a Lei 8.666/93 – a Lei das Licitações –,

determinando que "a administração deverá manter na rede de computadores internet dados atualizados sobre o andamento dos processos de licitação". O projeto dispensa da exigência apenas os municípios com até 20 mil habitantes que não disponham de recursos técnicos e financeiros para cumprir a exigência.

DIA DO TRABALHADOR

O Dia do Trabalho, comemorado em 1º de Maio, pode passar a ser denominado Dia do Trabalhador, de acordo com projeto de Paulo Paim (PT-RS) aprovado pela CE (PLS 103/08). Por sugestão do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), a data pode ser denominada Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Paim concordou com a proposição, que vai diretamente ao exame da Câmara dos Deputados.

VARGAS NO PANTEÃO

O nome do ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas deverá ser inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília. A medida consta em projeto (PLS 107/08) de Marconi Perillo (PSDB-GO) aprovado pela Comissão de Educação (CE). O relator, Pedro Simon (PMDB-RS), considerou a inscrição "absolutamente correta".

Novo prazo para demitidos no governo Collor solicitarem reintegração

O governo foi autorizado pela CCJ a reabrir prazo para que servidores e empregados públicos federais demitidos durante o governo Collor solicitem o retorno aos seus respectivos empregos. Aqueles que já haviam solicitado a reintegração, mas tiveram seus pedidos negados, anulados ou arquivados, poderão pedir reconsi-

deração. Todos os requerimentos devem ser feitos com base na Lei 8.878, de 11 de maio de 1994. Como o projeto (PLS 372/08) do senador Edison Lobão Filho (PMDB-MA) teve decisão terminativa, será enviado diretamente à Câmara. O caráter autorizativo da proposta foi dado pela relatora, Ideli Salvatti (PT-SC).

Senado aprova recondução de diretora da Anvisa

O Plenário aprovou indicação presidencial pela recondução de Maria Cecília Martins Brito para o cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Apesar de o Regimento Interno do Senado estipular votação secreta para pareceres sobre escolha de autoridades, vários senadores ressaltaram qualidades da indicada, a exemplo de Marconi Perillo (PSDB-GO).

Tive o privilégio de tê-la como superintendente de Vigilância Sanitária durante os quase oito anos que governei Goiás e pude constatar suas altíssimas qualidades morais e técnicas.

Flávio Arns (PT-PR), que foi o relator da indicação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), destacou que Maria Cecília desenvolveu na Anvisa um importante trabalho de acompanhamento da qualidade dos medicamentos e também no projeto de descentralização das ações da agência para estados e

municípios. Por sua vez, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que ela tem ajudado não apenas na vigilância e preservação dos interesses da saúde pública, mas ainda no fortalecimento dos medicamentos genéricos.

Já Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que a indicação recebeu apoio de todos os partidos políticos. Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

elogiou a atuação da diretora no seu primeiro mandato na Anvisa. Para Adelmir Santana (DEM-DF), Maria Cecília tem desempenhado suas

atribuições com equilíbrio e mereceu a recondução. José Agripino (DEM-RN)

declarou que o depoimento de Marconi demonstra que Maria Cecília mereceu ser reconduzida ao cargo. João Pedro (PT-AM) falou sobre a importância da agência e registrou a competência da diretora. Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou que Goiás sentiu-se honrado com a recondução de Maria Cecília.

Maria Cecília concentrou-se na fiscalização de produtos alimentícios

Análise de nomes indicados para dirigir agências tem novas regras

Autoridades indicadas pela Presidência da República e sabatinadas pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) para ocupar cargos nas agências reguladoras deverão apresentar aos senadores argumentação escrita em que demonstrem ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade. A exigência foi acolhida na quinta-feira, com a aprovação de ato do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).

Este documento disciplina o processo de votação de auto-

ridades na comissão – afirmou Collor.

Os indicados deverão apresentar currículo com atividades profissionais exercidas, relação de publicações de sua autoria – incluindo referências bibliográficas; declaração para informar se têm parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas a sua atividade profissional, com os referidos períodos; declaração citando se participam ou participaram, como sócio, proprietário ou gerente, de empresas ou entidades não-governamentais, mencionando o período.

Acatada atuação de defensor público em inventários, partilhas, separações e divórcios

A participação do defensor público na realização – por meio de escritura pública – de inventários e partilhas, além de separações e divórcios que sejam consensuais está prevista em projeto (PLC 110/08) do deputado Rogério Lisboa (DEM-RJ) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e que segue ao Plenário.

De acordo com o relator, Demostenes Torres (DEM-GO), a Lei 11.441/07 não citou a possível participação de defensores públicos nesses processos, mas

somente a dos advogados particulares. Essa lei, portanto, "não deixa claro se as partes podem ou não ser representadas pela Defensoria Pública".

Demostenes ressaltou que os defensores públicos, ao oferecerem serviços gratuitos, permitem que as pessoas mais pobres também sejam atendidas nesses casos.

– Quem é pobre não tem dinheiro para pagar advogado. Por isso, o projeto supre essa deficiência ao prever a atuação da Defensoria Pública.

projetos aprovados

De 9 a 13 de março

➔ **PLV 31/08**, proveniente da Medida Provisória 445/08 – Destina recursos da Caixa Econômica Federal para o financiamento do setor da construção civil. A medida faz parte das primeiras providências adotadas pelo governo no intuito de enfrentar os efeitos da crise financeira internacional. Por ter sido modificado pelos senadores, retornará ao exame da Câmara dos Deputados.

➔ **PLS 372/08**, do senador Lobão Filho (PMDB-MA)

– Permite a reabertura de prazo para que servidores e empregados públicos federais demitidos durante o governo Fernando Collor solicitem o retorno ao emprego. Aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), será enviado à Câmara.

➔ **Indicação** – Aprovada pelo Plenário a recondução de Maria Cecília Martins Brito para o cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A indicação presidencial recebeu 56 votos favoráveis.

decisões

Hotéis ligados à pedofilia serão fechados

Projeto da CPI da Exploração Sexual, que já passou pela Câmara, agora vai a Plenário

Hotéis, motéis, pensões e similares que hospedarem crianças e adolescentes desacompanhados ou sem autorização dos pais poderão perder o alvará definitivamente, de acordo com modificação acrescentada na Câmara dos Deputados ao PLS 225/04, já votado uma vez no Senado. O texto foi aprovado na quarta-feira pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) e agora vai a Plenário.

Segundo a relatora, Fátima Cleide (PT-RO), a Comissão de Justiça do Senado organizou a redação final, retirou a menção de salários de referência na pena de multa, definiu o período para a consideração da reincidência e determinou a cassação da licença do estabelecimento infrator reincidente.

A proposta original é da CPI Mista da Exploração Sexual. A justificativa da medida é a de que os estabelecimentos em questão podem tornar-se pontos de prostituição infanto-juvenil e devem

ser punidos se reincidirem na prática dessa “atividade nociva à sociedade”, explica Fátima Cleide. “Trata-se de medida necessária, urgente e oportuna”, acredita ela, para quem o projeto é de extrema necessidade para combater a pedofilia e promover uma rede de proteção infantil.



Fátima Cleide, relatora na CDH, diz que projeto é de extrema necessidade para o combate à pedofilia no Brasil

Laboratorista será obrigado a denunciar casos

O funcionário ou responsável por laboratório fotográfico que, ao tomar conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente, não denunciar o autor, poderá ser punido com até dois anos de prisão, de acordo com projeto do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta deverá ser encaminhada ainda a CPI da Pedofilia, já que o senador Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou sua intenção de apresentar recurso nesse sentido em Plenário, por temer que a futura lei seja “inócua ou ineficaz”. O projeto (PLS 213/05) havia sido aprovado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde recebeu emenda para incluir o dono ou o responsável pelo laboratório.

BENEFÍCIO PARA IDOSOS

Foi aprovado projeto (PLC 156/08) do deputado Tarcísio Zimmermann (PT-RS) que altera o Estatuto do Idoso para garantir aos proprietários com idade igual ou superior a 60 anos prioridade ao adquirirem unidades térreas em programas habitacionais públicos. A lei em vigor já garante aos idosos a reserva de 3% das unidades produzidas no âmbito desses programas, a implantação de equipamentos comunitários, a eliminação de barreiras físicas e a adoção de financiamentos compatíveis com seus rendimentos.

CPI investigará rede de pedofilia no interior de São Paulo

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia promoverá, de quarta-feira a sexta-feira, audiências públicas em Catanduva (SP). As ações serão realizadas por Magno Malta (PR-ES), presidente do colegiado; Romeu Tuma (PTB-SP), vice-presidente; Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e José Nery (PSOL-PA).

Os parlamentares pretendem tomar depoimentos de acusados de pedofilia, de pais de vítimas e dos responsáveis pela investigação, além de contribuir na identificação dos integrantes da rede de pedofilia descoberta pela Polícia Civil. Os depoimentos começam a ser tomados após a realização de audiência com a juíza Sueli Juarez Alonso, da Vara da Infância e da Juventude e Catanduva. Já está preso um borracheiro acusado de ser aliciador de crianças.



Valter Pereira (E) e Marcelo Crivella observam o protótipo de um aquecedor solar desenvolvido pela Universidade de São Paulo

Comissão defende aquecimento solar em casas populares

As casas populares que serão erguidas pelo governo federal até o final de 2010 – dentro do anunciado programa de construção de 1 milhão de novas moradias – devem ser equipadas com aquecedores solares de água. A recomendação foi aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) levou à comissão um protótipo de aquecedor solar desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP),

composto por peças plásticas e uma placa de PVC. Ele recordou que existem hoje em funcionamento no país 55 milhões de chuveiros elétricos, que demandam grande quantidade de energia justamente no começo da noite, quando muitos brasileiros retornam do trabalho.

A sugestão recebeu apoio dos senadores Renato Casagrande (PSB-ES), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Papaléo Paes (PSDB-AP).

Aprovada exigência de madeira certificada em projetos governamentais

A madeira utilizada em obras e serviços realizados com recursos públicos pela administração pública direta e indireta da União, dos estados e municípios deve ser comprovadamente oriunda de plano de manejo florestal sustentável, devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente. A exigência consta de projeto (PLS 247/08) do senador Gerson Camata (PMDB-ES) aprovado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscaliza-

ção e Controle (CMA) e que segue agora para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto original previa tal exigência para todas as obras e serviços nos quais fossem empregados recursos públicos. Emenda do relator, César Borges (PR-BA), especificou que a regra não abrange os projetos levados a cabo por entidades de direito privado, mesmo que financiados com verbas públicas.

Casagrande prega uso de novas fontes energéticas no país

O Congresso pode ter influência importante na diversificação da matriz energética brasileira, avaliou o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), senador Renato Casagrande (PSB-ES). Os objetivos são baratear os custos para o consumidor e conferir mais segurança ao sistema, com maior uso das fontes alternativas e renováveis de energia, como a eólica e a solar.

A declaração foi feita em debate sobre a proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva, proveniente de fonte eólica, que constam de portaria do Ministério de Minas e Energia.

– Podemos pensar em ter 10% da matriz energética com essas duas fontes, no prazo de dez anos. Elas são mais caras do que a energia hidrelétrica, mas bem mais baratas do que as termelétricas, seja a gás ou a óleo – ressaltou o senador.

TERRAS NA AMAZÔNIA

Na Comissão de Agricultura (CRA), os ministros Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), Carlos Minc (Meio Ambiente) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos) vão debater, em 24 de março, a situação das terras da União ocupadas de forma irregular na Amazônia.

ENERGIA EÓLICA

Carlos Minc também será convidado a debater, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), os leilões de energia eólica, a serem realizados pelo Ministério de Minas e Energia. Também participarão representantes do governo federal e do setor energético.

ambiente legal

Para criar 10 milhões de empregos “verdes”

Dez milhões de empregos poderão ser criados no mundo com a restauração de florestas degradadas, o plantio de novas árvores e a construção de trilhas e áreas de recreação nas matas, aliviando o desemprego em massa provocado pela crise financeira global e melhorando o meio ambiente. Esses cálculos foram divulgados pela FAO (órgão da ONU para agricultura e alimentação).

Bateria poderá ser recarregada em segundos

Engenheiros do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, nos Estados Unidos, acreditam que uma nova geração de baterias de lítio de carregamento ultrarrápido possa chegar ao mercado em dois a três anos. Essas baterias – que se recarregam em segundos, em vez de horas, como ocorre hoje – deverão beneficiar inclusive os veículos elétricos, que começam a utilizar as baterias de lítio.

Floresta devastada na Amazônia

Já o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) concluiu que em apenas cinco anos foram devastados 17% da Floresta Amazônica. A queima ou destruição atingiu 857 mil km² de árvores – o equivalente ao território da Venezuela. A maior parte do desmatamento ocorreu no Brasil. Essas informações constam de relatório a ser divulgado nos próximos dias e antecipado pelo jornal francês *Le Monde*.

Cigarro, vício perigoso e muito caro

O jornal inglês *The Guardian* destaca que há sempre boas razões para alguém parar de fumar, mas a crise financeira faz deste ano o momento ideal para deixar o vício. Além dos conhecidos prejuízos que os cigarros causam à saúde, o vício vem custando cada vez mais caro aos britânicos. Um maço de 20 cigarros vale em média 5,80 libras (cerca de R\$ 18,70). Portanto, quem fuma um maço por dia queimará o equivalente a 2.111 libras por ano (R\$ 6,8 mil), além dos gastos extras com a saúde.

Expectativa de vida é 8,3 anos menor

A matéria do *The Guardian* observa que uma pessoa que começou a fumar aos 16 anos e parou aos 20 teve um gasto com cigarros equivalente a cerca de R\$ 27,3 mil. Já o gasto de uma pessoa que parou de fumar aos 60 anos seria de cerca de R\$ 300 mil. A expectativa média de vida na Grã-Bretanha é de 79 anos, mas a de uma fumante é 8,3 anos menor que a média. Os especialistas ressaltam que nunca é tarde para abandonar o cigarro e o organismo da pessoa poderá até mesmo se recuperar totalmente.

caso battisti

Tarso vê razões humanitárias no refúgio a italiano

Ministro da Justiça participa de debate com senadores e assegura que decisão do governo de acolher ex-terrorista tem respaldo legal

O ministro da Justiça, Tarso Genro, negou na quinta-feira que tenha usado diferentes critérios para lidar com os casos do italiano Cesare Battisti – a quem concedeu refúgio político – e dos boxeadores cubanos devolvidos a Cuba, em um avião venezuelano, depois de haverem desertado de sua delegação durante os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

A suposta diferença de tratamento foi argumento do senador Heráclito Fortes (DEM-PI) para pedir a realização de audiência pública sobre o tema nas comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Direitos Humanos (CDH). Heráclito lembrou que Battisti foi condenado por “crimes hediondos” pela Justiça italiana, por participação em atos terroristas nos anos 70.

– Não acho que Cuba tenha um regime democrático, mas existem normas de Direito e questões humanitárias. Como poderíamos deter os cubanos no Brasil? Poderia se dizer que o senador Heráclito quer manter no Brasil quem quer ir e quer mandar embora quem quer ficar – respondeu Tarso, referindo-se ao desejo de Battisti de permanecer no Brasil e não ser

Senadores se dividem entre apoio e críticas ao ministro

Durante os debates, Heráclito Fortes disse que “o Brasil tem uma tradição de repúdio ao terrorismo” e acusou o governo de haver agido, em relação aos atletas cubanos, como o ex-presidente Getúlio Vargas ao entregar a militante comunista Olga Benário à Alemanha nazista.

Para o presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), “o país está chamando para si um problema que é da Itália”. Segundo ele, os crimes atribuídos a Battisti não podem ser considerados de natureza política, porque a Justiça italiana “não estava sob um regime de exceção quando condenou Battisti”. A Corte Europeia de Direitos Humanos, em avaliação em 2006, não apontou problemas na decisão do Judiciário da Itália.

Os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP), João Pedro (PT-AM) e José Nery (PSOL-PA) defenderam a decisão do ministro. Valadares reconheceu a participação de Bat-

extraditado para a Itália.

Tarso recordou que Battisti permaneceu por mais de 11 anos na França como refugiado político, depois de haver assinado – a pedido do então presidente François Mitterrand – um documento por meio do qual renunciava à luta armada. Todos os que assinaram documento semelhante puderam permanecer na França, como observou o ministro. Depois da eleição de Jacques Chirac para presidente da França, porém, Battisti decidiu viajar para o Brasil.

Ao defender a concessão de refúgio a Battisti, o ministro valeu-se do exemplo francês e disse ainda que muitas democracias podem, em algum momento, recorrer a práticas não características do Estado de direito. Citou, como exemplo, a prisão de acusados de terrorismo pelos Estados Unidos em “território estrangeiro”, ou seja, na base de Guantánamo.

A pedido do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi exibida reportagem da TV Globo com o boxeador Erislandy Lara, que hoje vive em Miami, depois de haver deixado Cuba. Ele disse à televisão que havia recebido oferta do governo brasileiro para ficar no país, mas decidiu regressar a Havana.

tisti em um movimento armado, mas destacou que as ações do ex-militante não foram violentas. Suplicy informou que Battisti lhe garantiu nunca ter participado de nenhum assassinato.

João Pedro alegou que os crimes do italiano são de natureza política e, portanto, justificam a concessão do refúgio. José Nery declarou que o STF não pode utilizar “dois pesos e duas medidas” em seu julgamento. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a concessão de refúgio político é resultado de uma relação entre um cidadão e um Estado nacional, e não uma negociação entre Estados – caso contrário, o refúgio ficaria inviabilizado.

O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que é necessário examinar o caso sob a perspectiva da soberania nacional, se Battisti cometeu “crimes de sangue” e se tais crimes podem ser considerados de natureza política.



Tarso Genro (E), ao lado dos presidentes da CRE, Eduardo Azeredo (C), e CDH, Cristovam Buarque: defesa da concessão do refúgio



Heráclito (D), observado por Suplicy (E), crítica postura do governo brasileiro e lembra caso dos boxeadores cubanos, em 2007

Se o estrangeiro não é bem-vindo...

Nos casos em que a permanência do estrangeiro em território nacional não é de interesse ou não convém ao país, podem ser aplicadas quaisquer das medidas a seguir.

Deportação

É aplicada imediatamente pela Polícia Federal quando o estrangeiro entra ou está de forma irregular no território nacional, caso haja descumprimento da ordem para sair do país. A deportação não impede o retorno ao Brasil, desde que ele pague as despesas da deportação e uma multa.

Os boxeadores Erislandy Lara (foto) e Guillermo Rigoudeaux, que abandonaram a delegação cubana durante os Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007, foram deportados pelo governo brasileiro, depois de encontrados pela PF na região dos Lagos, no Rio de Janeiro. A época o governo foi duramente criticado por não conceder asilo aos pugilistas, fugitivos do país que vive sob ditadura desde 1959.

Este mês, em entrevista à TV Globo, Lara disse que não

foi obrigado a deixar o Brasil e que retornou a Cuba porque o plano de fugir para a Alemanha não deu certo. Segundo o Ministério da



WWW.BORREC.COM

Condenado, fugitivo, refugiado

A polêmica em torno de Cesare Battisti teve origem na decisão do ministro Tarso Genro de conceder-lhe refúgio político, contrariando os pareceres do Comitê Nacional para os Refugiados e da Procuradoria Geral da República. O caso ainda será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Battisti foi condenado em seu país à prisão perpétua, sob a acusação de ter matado nos anos 70 quatro homens, além de ter ajudado a planejar a morte deles, quando encabeçava um grupo extremista de esquerda – os Proletários Armados pelo Comunismo (PAC). Na Itália e na França, o ex-ativista, de 54 anos, foi condenado nas três instâncias do Judiciário de cada país, em sucessivos julgamentos que ocorreram entre 1988 a 2005. Em 2006, a pedido de Battisti, que havia dois anos residia no Brasil, a Corte Europeia de Direitos Humanos confirmou a decisão dos tribunais franceses de que o

italiano deveria ser extraditado para seu país. Battisti fugiu de uma prisão italiana em 1981, viveu 11 anos na França, e, depois de dois anos no Brasil, foi preso em março de 2007 por estar vivendo no país com passaporte e documentos falsos. Ele aguarda preso, em Brasília, o julgamento pelo STF do pedido de extradição feito pelo governo italiano e dos pedidos de liberdade e de extinção do processo de extradição. Em um dos seus livros, *Minha fuga sem fim*, Battisti afirma ser vítima de uma série de erros e abusos judiciais.



SERGIO GAUDENTI/PA/CORBIS

Battisti posa ao lado de um de seus livros: passagem pela França antes de chegar ao Brasil

Os argumentos a favor e contra o refúgio ao ex-ativista

A favor Contra

➔ O italiano foi condenado apenas com a ajuda da delação premiada do companheiro de PAC Pietro Mutti, que o fez em seu próprio interesse e pode ter mentido, estando desaparecido

➔ Teria havido uso político do caso e falhas no processo na Itália

➔ Battisti foi condenado a prisão perpétua à revelia e não teria direito a novo julgamento na Itália

➔ A Itália, além de estabelecer uma legislação muito dura para combater o terrorismo no auge dos chamados “anos de chumbo”, julgou crimes considerados políticos como crimes comuns para dar base jurídica a pedidos de extradição

➔ A Itália tem regimes prisionais diferenciados para terroristas, considerados nos limites da tortura

➔ Ex-companheiros condenados pelos mesmos quatro homicídios atribuídos a Battisti se declararam culpados, assim como ele próprio

➔ A condenação de Battisti se deu com base no testemunho de terroristas e outras testemunhas que confirmaram as declarações de Pietro Mutti

➔ Mutti não mudou de identidade, nem está desaparecido. Entrevistado pela revista *Panorama*, relatou que ele e Battisti teriam matado um agente penitenciário

➔ Battisti teve amplo direito de defesa e só não o exerceu completamente porque fugiu

➔ O Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/80) impede a concessão de visto ao estrangeiro condenado ou processado em outro país por crime doloso

Criado na Antiguidade, asilo é cada vez menos utilizado

O direito de asilo (também conhecido como asilo político), diferentemente do refúgio, é instituição jurídica pela qual uma pessoa perseguida no seu país de origem por suas opiniões, raça, etnia ou religião pode ser protegida por outra nação.

O asilo nasceu na Grécia, Roma, Egito e outras civilizações antigas. Era usado para proteger criminosos comuns. Naquela época, acolher dissidentes constituía afronta entre as nações, uma vez que os crimes políticos eram mais graves e considerados ofensa aos soberanos.

Mais tarde, atribuiu-se ao embaixador a prerrogativa de conceder asilo na embaixada ou residência, considerada território do país que representava. A partir da Revolução Francesa, se começou a conceder asilo a criminosos políticos e extraditar criminosos comuns.

Com a democratização e estabilização dos regimes políticos, o asilo político foi desaparecendo na maior parte do mundo. Na América Latina, por conta da constante instabilidade política, o asilo diplomático sempre foi amplamente praticado.

Normas jurídicas visam proteger as pessoas vítimas de perseguição

A Constituição de 1988 define a concessão de asilo político como um dos princípios básicos da política de relações exteriores brasileiras. No cenário internacional, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, estabelece que “Toda pessoa, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar

asilo em outros países”.

A comunidade internacional, no entanto, não reconhece o asilo como regra de Direito Internacional. Já na América Latina, o asilo teve origem no Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideú, de 1889, que dedicava um capítulo inteiro ao tema e foi seguido de outros quatro acordos sobre a questão.

Asilo político é diferente de refúgio

Além da permanência de Cesare Battisti no país, a decisão do ministro da Justiça causou polêmica também quanto ao instituto usado, o refúgio, quando, na opinião de muitos, deveria ter sido o do asilo. Veja a diferença.

Asilo	Refúgio
Ato político e soberano do Estado, não sujeito a qualquer organismo internacional	Instituto universal, apolítico, sujeito às convenções e organismos internacionais
Visa proteger pessoa que esteja sendo perseguida	Visa proteger pessoas que estejam sendo perseguidas ou que tenham fundado medo de perseguição
Geralmente individualizado	Geralmente concedido a grupos ou populações inteiras
O indivíduo é vítima de perseguição pessoal por motivos de opinião ou de atividades políticas	O grupo normalmente está fugindo de agressões generalizadas por motivos religiosos, raciais, de nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, ou de ocupação ou dominação estrangeira
O indivíduo deve solicitá-lo antes de vir ao Brasil ou à embaixada brasileira, estando ou não no seu país de origem	Somente é concedido quando a pessoa ou grupo está fora de seu país de origem
Pode ser concedido a pessoa que age ou agiu contra os objetivos e princípios da ONU	Pessoa ou grupo que atua ou atuou contra os objetivos e princípios da ONU não tem direito a refúgio
A pessoa se constitui em asilado	A pessoa é declarada um refugiado

As semelhanças

➔ Nos dois casos, o estrangeiro recebe identidade e carteira de trabalho e pode exercer os direitos civis de residente no país.

➔ Não se exige reciprocidade, ou seja, um país não está obrigado a asilar ou refugiar pessoas de outro só porque este outro abrigou alguns de seus cidadãos.

➔ Asilados e refugiados não podem ser extraditados em casos que constituam crime político.



RAFAEL ANDRADE/FOLHA IMAGEM

Justiça, na mesma época outros três atletas cubanos que abandonaram a delegação receberam a concessão de asilo do Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).

Expulsão

É a retirada compulsória de um estrangeiro do território nacional em razão da prática de crime no Brasil, ou por conduta incompatível com os interesses nacionais. Uma vez expulso, o estrangeiro está impedido de retornar ao país até que seja revogada a portaria de expulsão. Em maio de 2004 o governo brasileiro anunciou

Extradição

Ato de cooperação internacional que

a decisão de expulsar o correspondente do jornal *The New York Times* no Brasil, Larry Rother, por ele ter afirmado, em reportagem para o jornal, que o presidente da República teria problemas com bebida. Logo descartada, a decisão de revogar o visto do jornalista foi duramente criticada por 26 jornais ao redor do mundo, repercutindo negativamente para o país.

consiste na entrega de uma pessoa, acusada ou condenada por um ou mais crimes, ao país que a acusa ou a tenha condenado. O pedido de extradição não se limita aos países com os quais o Brasil possui tratado nesse sentido. Ele

pode ser requerido por qualquer país e a qualquer país. Atualmente, o Brasil possui tratados de extradição com 26 países, inclusive a Itália. Em julho de 2008, por solicitação do governo brasileiro, o ex-banqueiro Salvatore Cacciola (foto), acusado de causar um prejuízo de R\$ 1,6 bilhão ao Banco Central, foi extraditado pelo Principado de Mônaco, após oito anos foragido da Justiça brasileira e dez meses preso no principado.

Repatriação

Ocorre quando estrangeiro tenta entrar clandestinamente no país e é impedido

de ingressar em território nacional pela fiscalização fronteiriça e aeroportuária. A repatriação ocorre por conta da empresa ou pessoa responsável pelo transporte do clandestino. É repatriado também o estrangeiro sem documentos ou que não possui visto para ingressar no país ou aquele que apresenta visto divergente da finalidade para a qual veio ao Brasil. Em março de 2008, ao chegar a Madri, 30 brasileiros (foto) foram obrigados a retornar ao Brasil, sob a alegação do governo espanhol de que não haviam comprovado terem condições financeiras de permanecer naquele país.

Círculo vicioso detém crescimento do mercado de livros

Brasil tem baixo nível de leitura, que se reflete no pequeno número de livrarias à disposição da população, especialmente nas pequenas cidades

O mercado de livros do país vive um dilema: como escapar do círculo vicioso em que os pontos-de-venda para os cerca de 2 mil títulos lançados mensalmente pelas editoras vêm diminuindo, o que conduz a tiragens cada vez menores – com exceção de poucos *best-sellers* –, e, conseqüentemente, preços mais altos e menos leitores. Entidades do setor e senadores entendem que é preciso incentivar o hábito da leitura, como ponto de partida para mudar esse cenário.

Divulgada no fim do ano passado, sob o patrocínio conjunto do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel) e da Câmara Brasileira do Livro (CBL), pesquisa revelou que houve crescimento discreto nas vendas em 2007, mesmo com uma redução do número de títulos publicados. Porém, um dado mostra a fragilidade do mercado consumidor: quase metade dos exemplares produzidos foi vendida ao governo, para atendimento aos vários programas de livro didático, científico etc.

O brasileiro lê bem menos que os habitantes dos países desenvolvidos. Aqui, são, em média, 2,4 livros por ano, contra dez nos EUA e 15 em países como Suécia e Dinamarca. E apenas 0,9 desses 2,4 livros anuais lidos não são obras didáticas. As diferenças regionais brasileiras também conspiram contra o crescimento do hábito da leitura, já que só havia livrarias em 30% dos 5.564 municípios.

Não é exato o número de livrarias porque é fácil se obter um registro de funcionamento, mesmo que o negócio principal não seja livros. Mas é seguro afirmar-se que o Brasil tem hoje menos de 2.700 livrarias, 70% das quais são de pequeno e médio porte. Para a Organização das Nações Unidas (ONU), esse número é pequeno para um país com 190 milhões de pessoas.

Segundo Vitor Tavares, presidente da Associação Nacional de Livrarias (ANL), um número razoável seria de 4.900 livrarias. A ANL avalia que faltam incentivos para que mais livrarias sejam abertas e profissionalização para as já existentes.

– O Brasil é responsável por 50% da produção de livros da América Latina. O ideal seria o funcionamento de no mínimo 10 mil livrarias para atender de maneira razoável à população. No entanto, 89% dos municípios brasileiros não têm livrarias. É um quadro dramático que constringe aqueles que têm uma visão de nação – lamenta o senador Tião Viana (PT-AC).

Segundo a pesquisa da CBL e do Snel, em 2007 foram comercializados mais de 329 milhões de livros no país, gerando um faturamento que, pela primeira vez, rompeu a barreira dos R\$ 3 bilhões. Levantamento mais recente pode indicar que o setor obteve resultado melhor em 2008. Ouvidas pela ANL, as livrarias apostam que o setor pode ter crescido 10,46%. Se a crise não atrapalhar, esperam repetir o desempenho este ano.

– O aquecimento do setor deve-se ao aumento do poder aquisitivo do brasileiro e às diversas campanhas e políticas de difusão do livro, muitas delas por iniciativas governamentais, que estimularam a leitura, principalmente a infanto-juvenil, segmento que mais cresceu. Não podemos deixar de destacar, ainda, a desoneração do PIS/Confins, que ajudou a manter o preço médio do livro abaixo da inflação – avalia o presidente da ANL, Vitor Tavares.



Em 2007 foram comercializados no país mais de 329 milhões de livros, com um faturamento superior a R\$ 3 bi. Mas o brasileiro ainda lê pouco: são, em média, 2,4 livros por ano

Raio-X do setor

Produção e venda de livros no país

Ano	Produção (1ª edição e reedição)		Vendas	
	Títulos	Exemplares	Exemplares	Faturamento (R\$)
2000	45.111	329.519.650	334.235.160	2.060.386.759
2001	40.900	331.100.000	299.400.000	2.267.000.000
2002	39.800	338.700.000	320.600.000	2.181.000.000
2003	35.590	299.400.000	255.830.000	2.363.580.000
2004	34.858	320.094.027	288.675.136	2.477.031.850
2005	41.528	306.463.687	270.386.729	2.572.534.074
2006	46.025	320.636.824	310.374.033	2.880.450.427
2007	45.092	351.396.288	329.197.305	3.013.413.692

Tipos de livros produzidos

Subsetor	2006	2007	Var %
Didáticos	192.104.676	216.063.980	12,47
Obras gerais	69.025.384	76.111.823	10,27
Religiosos	37.491.751	38.938.697	3,86
CTP (*)	22.015.013	20.281.789	-7,87
TOTAL	320.636.824	351.396.288	9,59

(*) Científicos, técnicos e profissionais



Onde há mais livrarias

Alguns exemplos no Brasil...

UF	Livrarias
DF	1 para 30.840
RJ	1 para 44.415
SE	1 para 50.665
SP	1 para 59.171
TO	1 para 181.131

... e no mundo

EUA	1 para 15 mil
Argentina	1 para 50 mil
Brasil	1 para 70 mil
México	1 para 170 mil

Fonte: Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro/Fipe

Maiores vendedores de livros no mundo

País	Exemplares (milhões)
China	7.103
EUA	2.551
Japão	1.403
Rússia	494
Alemanha	479
França	413
Brasil	345
Reino Unido	324
Itália	265
Espanha	235

Fonte: Euromonitor 2003, baseado em dados de 2002, citado na obra A Economia da cadeia produtiva do livro, de Fabio Sá Earp e George Kornis, editado pelo BNDES em 2005.

Você sabia?

O brasileiro lê, em média, **2,4 livros** por ano contra **10 nos EUA** ou na **França** e **15 nos países nórdicos**. Dos **2,4 livros** lidos pelos brasileiros, apenas **0,9** não são livros didáticos.

A Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) recomenda que haja **uma livraria** para cada **10 mil pessoas**. No Brasil, com **190 milhões de habitantes**, temos **2.700 livrarias**, uma para cada **70 mil habitantes**.

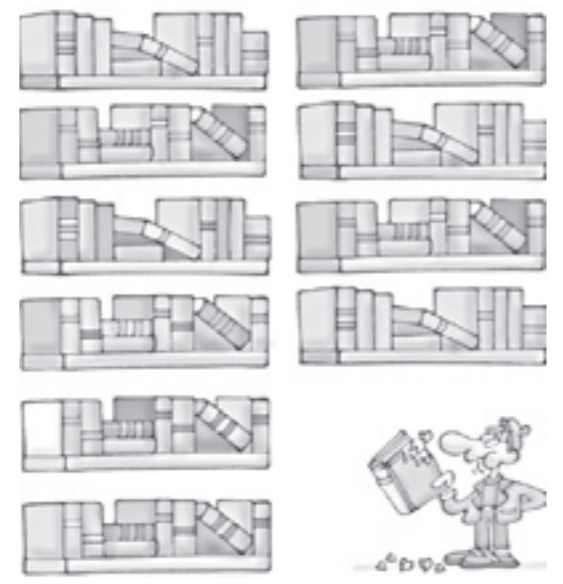
Das cerca de **2.700 livrarias** brasileiras, **70%** são de pequeno e médio porte, com um faturamento mensal entre **R\$ 35 mil e 45 mil**.

Entre **1999 e 2006**, o número de municípios que possuem livrarias no país caiu **15,5%**. Só havia livrarias em **30%** dos **5.564 municípios**.

329 milhões de livros foram vendidos no Brasil em **2007**

O faturamento do setor livreiro em **2007** foi de **R\$ 3,01 bilhões**, pouco mais de **0,1% do PIB nacional**. No mesmo ano, o setor livreiro na **Alemanha** faturou **9,3 bilhões de euros** em um **PIB de 2,307 trilhões de euros**, ou **0,4% do total**.

Fontes: Associação Nacional de Livrarias (ANL), Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional dos Editores de Livros (Snel), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



Descontada inflação, vendas subiram apenas 0,44%

O mercado livreiro não acompanhou os bons anos da economia, encerrados em meados de 2008. O crescimento real (descontada a inflação específica do setor) do faturamento em 2007 foi de apenas 0,44%. É o que mostrou pesquisa encomendada pela CBL e pelo Snel à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Cerca de 329 milhões de exemplares foram vendidos em 2007 – 6,06% a mais em relação ao ano anterior. Mais da metade do faturamento global, de R\$ 3,013 bilhões, se deveu aos livros didáticos e um quarto em vendas para o governo. O faturamento teve crescimento nominal de 4,62%, mas, descontado o IPCA educação, papelaria e leitura (em 2007, ficou em 4,18%), o aumento é bem mais modesto. A presidente da CBL, Rosely Boschini, porém, destaca o aumento de vendas para o público infantil, que sinalizaria “um futuro promissor para o mundo do livro e da leitura”. Já Sonia Machado Jardim, presidente do Snel, res-

salta o aumento no número de exemplares produzidos e vendidos e a queda no preço médio do livro (R\$ 11,41, contra R\$ 11,61 no ano anterior, motivada por uma ligeira desoneração fiscal).

As livrarias continuam sendo o grande ponto-de-vendas do mercado (47,69%), mas o comércio porta a porta cresceu mais de 90% e hoje já detém quase 10% dos exemplares vendidos. As vendas pela internet, apesar de baixas (1,71% do total), cresceram 285%.

No DF, consumidor segue comprando, apesar da crise

Os números não deixam dúvidas: a retração do consumo é real e pode demorar. Porém, nas livrarias de Brasília, a crise ainda não chegou, na avaliação de vendedores e clientes. A capital federal tem sofrido menos com as turbulências econômicas e o mercado livreiro não é exceção.

– Claro que não dá para comparar as vendas de março com as do final do ano, mas as pessoas continuam gastando – assegura Danielle Martins, de uma das

maiores livrarias de Brasília. Como ocorre em quase todo o mundo, as pequenas livrarias brasilienses têm fechado ou sido absorvidas por grandes cadeias. Mas, para o público, o importante é que a competição de preços exista.

Não é o preço, na visão dos consumidores, o principal empecilho ao crescimento do mercado leitor no Brasil. Para eles, trata-se de um fenômeno cultural e cabe ao Congresso e ao governo

incentivarem o hábito da leitura nas crianças.

– Com internet, vejo meus filhos passarem muito tempo no computador e muito pouco nos livros. Os meninos só leem quando obrigados pela escola. As meninas parecem gostar mais e, no final do ano passado, foi uma febre por causa daqueles livros sobre vampiros – lembra-se a dona-de-casa Marília Azevedo Gianelli, 45 anos, que tem dois filhos adolescentes.

Senadores propõem incentivos para ampliar leitura

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado pode votar, nesta semana, o PLS 278/08, que autoriza o governo a criar o programa Cesta Básica do Livro, pelo qual cada família com filhos entre seis e 18 anos em escolas públicas receberá dois livros por bimestre.

– Assim como toda família hoje dispõe de um aparelho de televisão, é preciso que os livros passem a fazer parte da cesta básica das famílias brasileiras – justifica o autor do projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF).

Ele também é autor do PL 1.649/07, já na Câmara, que cria o programa Biblioteca do Professor, pelo qual todos os professores da rede pública teriam direito a receber do governo federal pelo menos dois livros por ano para formação de biblioteca pessoal.

O PLC 63/04, do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), já



Cristovam Buarque tem projetos para distribuir livros a professores e alunos. Neuto de Conto propõe a criação do Fundo de Apoio a Bibliotecas

aprovado na Câmara, exige que as bibliotecas de universidades comprem livros publicados no país. O PLS 294/05, do senador José Sarney (PMDB-AP), cria o Fundo Nacional Pró-Leitura, para captar recursos para a implantação da Política Nacional do Livro.

Neuto de Conto (PMDB-SC) quer criar o Fundo de Apoio a Bibliotecas (PLS 310/07). Já aprovada na CE, a proposta está na

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Proposta de Francisco Dornelles (PP-RJ) busca imunidade tributária dos “livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão” (PEC 16/07). Já Pedro Simon, com o PLS 130/07, quer estender às pequenas microempresas do setor editorial e livreiro as imunidades tributárias previstas no Estatuto da Microempresa.

Indústria quer desoneração e proteção ao direito autoral

Segundo Sonia Machado Jardim, presidente do Snel, entidade que congrega 341 associados, a indústria editorial brasileira reivindica do Congresso e do governo federal medidas de respeito e manutenção do direito autoral.

– Respeitar a Lei de Direitos Autorais é a garantia e o incentivo para uma criação literária forte e crescente.

Outro assunto que interessa ao Snel é a aprovação de projeto do deputado Antonio Palocci (PT-SP) que muda o Código Civil, para

assegurar a liberdade da “divulgação da imagem e de informações biográficas” sobre pessoas famosas (PLC 3.378/08). Recentemente, livros já editados tiveram sua venda proibida pela Justiça a pedido dos biografados ou seus familiares, causando muitos prejuízos. O caso mais notório e recente foi o do cantor Roberto Carlos.

O Snel entende que “qualquer nova medida que onere a cadeia produtiva do livro” deve ser evitada. O corte orçamentário de R\$ 150 milhões nos recursos desti-

nados ao Programa Nacional do Livro Didático também é alvo de preocupação.

O Snel propõe que o Ministério da Educação volte a executar o Programa Nacional de Biblioteca do Professor, que tinha como objetivo fomentar a leitura para os mestres. Hoje, o ministério tem um programa que já atende a três níveis de ensino (infantil, fundamental e médio) e pretende beneficiar em 2009 cerca de 23,6 milhões de estudantes. Pelo programa, serão distribuídos livros para 66.798 escolas.



Com vendas também pela internet, a Livraria do Senado publica obras de interesse jurídico e clássicos cujo direito autoral já caiu em domínio público

Senado: obras de valor histórico

Com mais de 200 títulos publicados, muitos dos quais esgotando tiragens sucessivas, as Edições do Senado Federal são um caso *sui generis* de sucesso no mercado. Sem publicar livros de autajuda ou intensa divulgação na mídia, conquistou uma fatia do mercado interessada em obras de valor histórico ou literário que as editoras privadas não consideram comercialmente viáveis.

Com essa receita e o auxílio de uma livraria virtual pela internet, a Subsecretaria de Edições Técnicas tem publicado a produção legislativa e obras de interesse geral. As Edições do Senado começaram em 1963, com a trimestral *Revista de Informação Legislativa* – apontada como a de melhor qualidade em seu segmento, e que detém o recorde de circulação ininterrupta para uma publicação do gênero no Brasil.

A criação do Conselho Editorial, em 1997, ampliou os horizontes das publicações. Investindo em obras que já caíram no domínio público, as publicações, por seu valor cultural, são muito procuradas por leitores interessados em História, Sociologia, Direito, literatura etc.

O mais recente sucesso foi o livro *História da literatura ocidental*, de Otto Maria Carpeaux. Lançada em outubro passado, a coleção de quatro volumes já teve esgotadas duas impressões (de mil exemplares cada) e já está finalizando a terceira. Atraem o público, como explica a diretora Ana Maria de Lucena Rodrigues, o resgate de obras muitas vezes há décadas sem impressão e o preço bastante acessível dos exemplares. Os quatro grossos volumes do clássico de Carpeaux chegam na casa do comprador por R\$ 200, sem cobrança de taxas postais.

– Antes do lançamento dessa coleção, vendíamos cerca de 40 livros por dia. Agora, são 120 pedidos diariamente, entre a livraria física, aqui no Senado [veja abaixo], e o nosso site na internet. Outro grande sucesso foi a série História do Direito Brasileiro, também com vários volumes esgotados – revela a diretora.

Com uma estrutura enxuta e gastos sob controle, as Edições do Senado têm planos de pelo menos 15 lançamentos em 2009, dos quais um dos mais recentes, *Código Civil e Legislação Correlata*, já caminha para a lista de *best-sellers*.

agora é lei

Dia Nacional da Leitura para estimular crianças e jovens

O calendário brasileiro passou a contar com a comemoração do Dia Nacional da Leitura e da Semana Nacional da Leitura, no dia 12 de outubro, de acordo com a Lei 11.899/09.

O autor do projeto que deu origem à lei, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), afirmou que a iniciativa estimulará a convivência da sociedade com a produção literária do país.

– Além de marcar a festividade já consagrada do Dia da Criança, esse dia abrigará, também, o Dia Nacional da Leitura e a Semana da Leitura, com a intenção de enfatizar junto à sociedade brasileira a importância do cultivo do amor aos livros desde a infância – defendeu o senador.

Com a inclusão do Dia da Leitura no calendário das datas comemorativas, o país passou a ter cinco momentos de celebração na área: o Dia Mundial do Livro (23 de abril), o Dia Internacional do Livro Infanto-Juvenil (2 de abril), o Dia da Leitura (12 de outubro), o Dia Nacional do Livro Infantil (18 de abril) e o Dia Nacional do Livro (29 de outubro).

comissões



Marconi Perillo, Fernando Collor e Eliseu Resende, em reunião da Comissão de Infraestrutura: senadores vão discutir com especialistas quatro temas setoriais

CI promoverá várias audiências públicas sobre áreas estratégicas

Propostos pelo presidente da comissão, Fernando Collor, assuntos estão relacionados às atividades do órgão e compreendem infraestrutura industrial, programas do governo e agências reguladoras

As áreas estratégicas relacionadas às atividades da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) serão objeto de uma série de audiências públicas com especialistas, às terças, quartas e quintas-feiras. A decisão, proposta em ato do presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovada na quinta-feira pela comissão.

Pela decisão, a CI deve examinar quatro temas setoriais: “A indústria e a infraestrutura: inovação e competitividade”; “O atraso e as demandas: setores que avançam além da crise”; “Os programas governamentais”; e “Diagnóstico das agências e dos setores regulados

pela comissão”.

Foi decidido ainda que os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Gim Argello (PTB-DF) ficarão responsáveis pela elaboração da

lista de convidados, com base em sugestões dos demais integrantes da comissão.

Marconi Perillo (PSDB-GO), ex-presidente da CI, sugeriu a recuperação das informações das

audiências públicas realizadas com os presidentes das agências públicas em 2008 para ajudar no cumprimento da agenda de 2009.

Gabrielli falará sobre estratégias da Petrobras

Os planos do governo federal para a atuação e os negócios da Petrobras nos próximos cinco anos – de 2009 a 2013 – serão o tema de audiência pública conjunta da CI e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com o presidente da empresa, Sérgio Gabrielli. O debate, solicitado por Ideli Salvatti (PT-SC) na CI e por Aloizio Mercadante (PT-SP) na CAE, ainda será agendado.

Receita poderá anular CNPJ por venda de combustível adulterado

Distribuidores e postos que venderem comprovadamente combustível adulterado poderão ter sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) declarada inapta pela Receita Federal, a pedido da Agência Nacional

de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis (ANP). A sanção está prevista em projeto de autoria do senador Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado na reunião de quinta-feira da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

EDISON LOBÃO FALARÁ SOBRE REAL GRANDEZA

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, será convidado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a prestar esclarecimentos sobre declarações, atribuídas a ele pela imprensa, de que a atual diretoria da Fundação Real Grandeza, fundo de pensão dos funcionários de Furnas Centrais Elétricas, haveria praticado atos “de bandidagem”. A iniciativa do convite ao ministro partiu da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

SÉRGIO REZENDE E HÉLIO COSTA FALAM À CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) ouvirá os ministros de Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e das Comunicações, Hélio Costa, sobre seus planos de trabalho para o biênio 2009/2010. Rezende participará de audiência na comissão nesta quarta-feira e Hélio Costa, na próxima quarta. A CCT aprovou também a criação de um grupo de trabalho para analisar os motivos dos altos preços da telefonia móvel no Brasil.

CAE tira de pauta projeto sobre entidades filantrópicas

Por falta de consenso em torno do projeto do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que altera as regras para a certificação de entidades filantrópicas (PLS 462/08), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) retirou a proposta da pauta. Parte dos senadores não concordou com o parecer do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), que rejeitou, sem discussão, as 64 emendas oferecidas, apresentando outras quatro em substituição a elas.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), o assunto merece um debate maior, principalmente porque teve origem numa medida provi-

sória (MP 446/08) devolvida ao Executivo pelo então presidente do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN). Tião Viana (PT-AC) lembrou que outro projeto sobre entidades filantrópicas tramita na Câmara, por onde, segundo informações que recebeu, os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, José Sarney, teriam concordado em iniciar a discussão do assunto. Outros senadores destacaram ainda que, apesar da devolução e, posteriormente, da rejeição da medida pela Câmara, alguns itens já surtiram efeito e precisam ser votados.

Senadores repudiam prisão de manifestantes no RS

A prisão, no Rio Grande do Sul, de 700 mulheres que participavam de manifestação no interior do estado foi repudiada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Os senadores ouviram relato sobre agressão, apresentado por Rosângela Cordeiro, dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas e coordenadora da Via Campesina Brasil.

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a intenção de propor a realização de audiência

pública sobre as “tentativas de criminalização dos movimentos sociais”. José Nery (PSOL-PA) repudiou os “atos de repressão à livre manifestação da sociedade”.

Na opinião do presidente da CDH, Cristovam Buarque (PDT-DF), as escolas do MST “preenchem um espaço vazio deixado pelo Estado” e deveriam ser incentivadas, e não fechadas, com o que concordaram as senadoras Fátima Cleide (PT-RO) e Serys Shlessarenko (PT-MT).

Planos do Paraguai para o Mercosul

O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed, deverá expor aos integrantes do Parlamento do Mercosul, nesta terça-feira, o plano de trabalho para a presidência paraguaia do bloco, durante o primeiro semestre deste ano. A 16ª sessão ordinária do parlamento terá início nesta segunda-feira, em Montevidéu, capital do Uruguai, e ocorrerá poucos dias antes da celebração dos 18 anos do Tratado de Assunção, que marcou o início da implantação do Mercosul.

O Parlamento do Mercosul será presidido, até julho, pelo parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain. Caberá a ele conduzir a discussão de temas como a definição do número de cadeiras que serão reservadas a cada país. A Representação Brasileira tem insistido na necessidade de se encontrar uma solução até o final do primeiro semestre para que haja tempo de elaborar regras para a realização das primeiras eleições brasileiras destinadas à escolha de parlamentares do Mercosul, previstas para 2010.

Chanceler da Bolívia divulga Constituição

O presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), recebeu a visita de delegação da Bolívia, liderada pelo ministro das Relações Exteriores, David Choquehuanca. O chanceler boliviano comentou o interesse de seu país em difundir a nova Constituição, aprovada em 25 de janeiro de 2009. Ao mesmo tempo em que reiterou o respeito aos compromissos internacionais, Choquehuanca reivindicou às multinacionais, citando expressamente a Petrobras, investimentos produtivos com transferência de tecnologia. – Os bolivianos têm aprendido que o único caminho para resolver seus problemas internos é o diálogo – afirmou. Os senadores José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM), que atuaram como observadores internacionais, disseram ter visto transparência, amplo envolvimento da população e liberdade de participação nas eleições bolivianas.

homenagem

Senado celebra a Batalha do Jenipapo

O Senado comemorou, em sessão solene, os 186 anos da Batalha do Jenipapo. O combate travado em Campo Maior (PI), às margens do rio Jenipapo, em 13 de março de 1823, foi decisivo para a independência do Brasil, disse o senador João Vicente Claudino (PTB-PI), autor da proposta para a homenagem.

Participaram da sessão o presidente do Senado, José Sarney; o 1º secretário da Mesa, Heráclito Fortes (DEM-PI); o 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI); o governador do estado, Wellington Dias; e o prefeito de Campo Maior, João Felix

Andrade Filho.

Os oradores, entre os quais o governador e Sarney, analisaram o papel de brasileiros do Piauí, Maranhão e Ceará, que atuaram na batalha para a garantia da integridade territorial do país.

– Se Portugal via como inevitável a perda de parte de seus domínios na América, fazia questão de manter a parte setentrional do território brasileiro, reunindo o Grão-Pará, o Maranhão e o Piauí sob a bandeira portuguesa – declarou João Claudino.

Mão Santa lembrou o papel dos piauienses na história

do Brasil, desde a Batalha do Jenipapo até a resistência ao fechamento do Congresso na ditadura militar.

Heráclito afirmou que o Brasil tem imensa dívida com os que lutaram pela unidade do país. Caso não tivessem ocorrido os confrontos do Jenipapo, a configuração do território brasileiro provavelmente seria outra, disse.

Adelmir Santana (DEM-DF), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Aloizio Mercadante (PT-SP) também falaram sobre a batalha.



JOSÉ CRUZ

Mão Santa ressalta, durante a sessão solene, a participação dos piauienses em momentos decisivos da história do país

Um fato extraordinário na história do país, diz Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, disse, na sessão em que se comemoraram os 186 anos da Batalha do Jenipapo, que o evento foi um feito extraordinário da história do Brasil. Conforme afirmou, se o restante do país, imediatamente, aderiu à independência, piauienses e maranhenses tiveram que derramar sangue para ser brasileiros.

A batalha, lembrou, foi travada por homens do Maranhão, do Piauí e alguns cearenses que, imediatamente antes, tinham proclamado a independência.

– Eles não tinham armas nem preparação para enfrentar uma batalha daquela magnitude. No entanto, foi uma batalha em que houve heroísmo de toda natureza, e embora significasse a vitória das tropas de Fidié [João José da Cunha Fidié] sobre as tropas que resistiam contra ele, obrigaram que ele se dirigisse, em vez de para Oeiras, para onde ele ia, para a cidade que hoje é União.

As tropas brasileiras, segundo Sarney, perseguiram o exército português de tal maneira que a tropa lusitana teve de atravessar o Parnaíba para

se refugiar em Caxias, onde se rendeu e foi proclamada a independência.

Sarney ressaltou que, quando o militar britânico Thomas Alexander Cochrane chegou ao Maranhão, entrou no porto, em nome do Imperador, na nau de Pedro I, e proclamou ter feito a adesão da independência do Maranhão e Piauí.

– O povo dos nossos estados já tinha proclamado essa independência pelo seu sangue, pelo seu heroísmo e pela grandeza do seu patriotismo, quando lutaram nos sertões apenas com o corpo, a alma e o coração.

Mão Santa justifica reivindicações na homenagem

O senador Mão Santa (PMDB-PI) rebateu sexta-feira crítica feita por jornalistas de que ele não deveria ter usado a tribuna para apresentar reivindicações durante a sessão que lembrou os 186 anos da Batalha do Jenipapo (ver matéria acima). Ele destacou que o Parlamento é a casa do debate – bem como as assembleias legislativas e câmaras municipais – e que a tribuna é o instrumento dos parlamentares.

– Disseram que quebrei o brilho porque fiz reivindicações. Olha, a ignorância é

audaciosa, atrevida, e agora eu digo: burra.

Mão Santa disse não concordar com o entendimento de que tenha “quebrado o brilho” da sessão solene ao cobrar dos governos federal e do Piauí a conclusão de obras inacabadas. Conforme afirmou, existem no estado pontes que estão sendo construídas há mais de oito anos.

O senador disse que também oradores do governo não se limitaram a lembrar a Batalha do Jenipapo. Ao comentar o pronunciamento do senador

Aloizio Mercadante (PT-SP), Mão Santa considerou que ele estava “mal informado”, ao citar estradas no Piauí como obras do atual governo. Segundo Mão Santa, elas foram construídas nos anos 70, pelo então governador Alberto Silva.

– Lá, há 186 anos, os nossos antepassados cumpriram a sua missão histórica. Esta Casa é para isso [para o debate]. Agora, pautar minhas ações é um atrevimento. Eu sou senador da República e fiz [as reivindicações], porque aqui é o lugar.

debates

Usinas do rio Madeira são vitais, diz Raupp

Depois do Polo Industrial de Manaus, usinas do rio Madeira são o empreendimento mais importante para região Norte, afirma senador

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) comentou recente visita do presidente Lula, do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e de outras autoridades do Executivo ao canteiro de obras das usinas hidrelétricas do rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, em Rondônia. Na ocasião, também foi assinado convênio do projeto Acreditar, que irá viabilizar a capacitação de profissionais da própria região, pela empresa Odebrecht, para trabalhar nas usinas.

Depois do Polo Industrial de Manaus, que, segundo Raupp, resultou na geração de mais de 400 mil empregos, as usinas do rio Madeira foram apontadas pelo senador como o empreendimento mais importante para a região Norte. Com uma linha de transmissão de mais de 2 mil quilômetros de extensão, indo de Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), a energia gerada em Santo Antônio e Jirau será suficiente para abastecer o equivalente a 50% das residências do país, acrescentou Raupp.

A forma de qualificação de mão-de-obra para as duas usinas foi outro aspecto que impres-



MOREIRA MARIZ

Raupp destaca visita de Lula a canteiro de obras e assinatura de convênio para capacitação de profissionais

sionou o senador. Atualmente, a Odebrecht já capacitou e empregou mais de 2 mil pessoas em cada uma delas, havendo a tendência de geração de mais de 10 mil empregos diretos nessas obras. Na assinatura do convênio do projeto Acreditar, Raupp informou que várias pessoas hoje empregadas, mas antes dependentes do programa Bolsa Família, aproveitaram o evento para devolver o cartão de benefício.

Mesquita Júnior elogia ação para coibir exploração sexual

Ao defender “ações concretas” contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou acordo firmado entre a Construtora Norberto Odebrecht e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Ele destacou que uma das cláusulas do documento prevê que a construtora adotará medidas, como a conscientização dos trabalhadores, para coibir esse tipo de crime em seus canteiros de obras.

– O governo federal e a Odebrecht estão dando um exemplo para o país – disse.

Para Mesquita Júnior, as demais empresas brasileiras também deveriam seguir o exemplo, adotando a mesma linha de medidas. Ao ressaltar que a exploração sexual de menores é um grave problema nacional, ele citou notícias recentes sobre o assunto, incluindo o caso da menina pernambucana de nove anos que, estuprada pelo padra- sto, ficou grávida e, em seguida,



GERALDO MAGELA

Mesquita Júnior informa que acordo entre governo e Odebrecht prevê conscientização de trabalhadores

foi submetida a aborto legal – os médicos consideraram que ela poderia correr risco de vida se a gestação fosse levada até o fim.

O senador destacou ainda a informação de que mais de 50% das vítimas de violência sexual atendidas pelo Hospital Pérola Byington, de São Paulo, são meninas e adolescentes menores de 14 anos (veja página 5).

senado

Sarney anuncia instalação de ponto eletrônico

Diante das críticas pelo pagamento de horas extras em janeiro, durante o recesso do Congresso, a Mesa diretora propõe medidas de controle

O presidente do Senado, José Sarney, considerou “um absurdo” o pagamento de hora extra a funcionários da Casa no mês de janeiro, quando não houve sessão plenária, lembrando que o fato é anterior à sua administração. Matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* afirma que o Senado gastou R\$ 6,2 milhões em horas extras para 3.883 servidores.

– Eu acho que a parte de pessoal é uma parte que não está afeta ao corte de gastos, é uma parte sobre a qual não temos autoridade. São pagamentos fixos, mas, nesse caso de horas extras, é um caso a se examinar como uma coisa que não está dentro da normalidade.

Sarney disse que deverá ser adotada a ideia em estudo pelo



Heráclito Fortes, 1º secretário, propôs a automatização do controle de frequência, que vai depender do custo dos equipamentos

pagamento de hora extra. De acordo com o presidente do Senado, o que deve ser adotado é um sistema híbrido em que, nos gabinetes dos senadores, os chefes controlarão a frequência dos funcionários ali lotados, enquanto os demais servidores da Casa registrarão o ponto eletronicamente.

Já Heráclito Fortes ponderou que não se pode simplesmente suspender os pagamentos de horas extras, pois às vezes há trabalho no Senado até altas horas da noite e muitos serviços funcionam 24 horas, como a segurança da Casa.

1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), de instalação, na Casa, de ponto eletrônico para aferir a frequência dos servidores e a necessidade do

Na sexta-feira, o senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ocupou a tribuna para pedir que a Mesa anule o ato que permitiu o pagamento de horas extras em janeiro.

Para Efraim, responsabilidade é dos gabinetes e órgãos

Efraim Morais (DEM-PB), que era o 1º secretário do Senado em janeiro, divulgou nota à imprensa em que afirma que o pagamento de horas extras a servidores da Casa naquele mês foi legal e obedeceu a critério administrativo em vigor há anos.

Ainda segundo a nota, a autorização assinada por ele não menciona valores, nem especi-

fica os beneficiários, apenas reconhece o direito dos servidores que efetivamente trabalharam. Efraim Morais argumenta que o critério de quem teria direito a receber pelo serviço extraordinário é de responsabilidade dos gabinetes parlamentares e órgãos da administração. O parlamentar informa também que todos os gabinetes de senadores pagaram horas extras

a seus funcionários.

Já Garibaldi Alves (PMDB-RN), que presidia a Casa em janeiro, afirmou em entrevista à Agência Senado que decisões sobre pagamento de horas extras não passam pela Presidência da instituição. Ele opinou, porém, que deveria haver maior controle.

– Parece que está meio sem controle – observou.

Presidente pede que PF investigue denúncia de Jarbas

O presidente do Senado, José Sarney, anunciou o envio de ofício ao ministro da Justiça, Tarso Genro, pedindo a abertura de inquérito pela Polícia Federal (PF) para verificar a denúncia do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) de que estaria sendo vítima de espionagem. Em outro ofício, Sarney solicita que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, acompanhe a investigação. A

denúncia de Jarbas foi publicada na edição da revista *Veja* da semana passada.

Para o senador pernambucano, o teor do ofício de Sarney distorce suas declarações à revista.

– Vossa excelência procura, não sei com que objetivo, distorcer a matéria da *Veja*, e por consequência minhas declarações, ao afirmar que denunciei uma investigação contratada por integrantes do PMDB. Não fiz em

momento algum essa declaração, não citei o partido, sua direção ou qualquer de seus integrantes, apesar de haver sido ameaçado publicamente por vários deles. Só acusaria alguém se possuísse provas – disse Jarbas.

De acordo com a revista semanal, um especialista em inteligência procurou o senador pernambucano para informar que tinha sido contratado para investigá-lo.

Hora extra no recesso é legal, informa Advocacia Geral

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), informou que o relatório da Advocacia Geral do Senado declarou ser legal o pagamento de horas extras a funcionários durante o período de recesso parlamentar. Heráclito disse estar aguardando a resposta dos senadores à solicitação para que verifiquem se houve pagamento indevido de horas extras em seus gabinetes em janeiro, período em que o Congresso estava em recesso.

O senador ressaltou que os funcionários que trabalharam não devem ser penalizados. Já os que receberam indevidamente, afirmou, terão de devolver os recursos. Disse

também que a Comissão Diretora está estudando uma forma de parcelar o débito.

– Não queremos ser o algoz do servidor público do Senado. O fato existe e estamos tomando providências. Agora, o que queremos daqui para frente? Nós vamos mudar a questão da hora extra no Senado para evitar que fatos dessa natureza se repitam – enfatizou.

Heráclito informou que o ponto eletrônico está entre as alternativas a serem adotadas pela Casa. A decisão, disse, vai depender também do custo dos equipamentos, uma vez que precisam ser instalados em todos os gabinetes e secretarias do Senado.

Arthur Virgílio defende realização de auditoria rigorosa no Senado

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou na terça-feira que o pagamento de R\$ 6,2 milhões em horas extras durante o recesso parlamentar de janeiro mostra “uma certa alienação do Senado diante da realidade econômica do Brasil”.

O senador amazonense sugeriu que seja feita uma auditoria rigorosa na Casa, em todos os contratos, que se “mexa em todos os porões”. “Vamos encontrar mais coisa”, previu ele, para quem “administrações longas geram vícios.”

Arthur Virgílio disse acreditar que os senadores Efraim Morais (DEM-PB) e Garibaldi Alves (PMDB-RN), 1º secretário e presidente da Casa durante o recesso, terão de dar explicações à sociedade sobre o assunto, e



Arthur Virgílio diz que há “certa alienação do Senado diante da realidade econômica do Brasil”

criticou o que considerou uma “tentativa de jogar a responsabilidade do pagamento de horas extras sobre os chefes de gabinete”.

Sociedade tem que zelar pelo Estado de direito sempre, alerta Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, ao comentar as denúncias da revista *Veja* de que o delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz teria feito escutas clandestinas, alertou para a necessidade de toda a sociedade brasileira permanecer em constante vigília para que tais abusos – quando ocorrerem – sejam prontamente coibidos.

– O preço do Estado de direito é realmente o permanente controle da sociedade e de todos nós para que ele possa existir – declarou Sarney.

Já os senadores Heráclito Fortes (DEM-PI) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) responsabilizaram setores do governo Lula pela atuação do delegado Protógenes Queiroz.

Regimento deve flexibilizar ritos de votação

Os tipos e a forma de organização das sessões plenárias e das comissões foram o tema dos debates realizados pela Comissão Temporária para Reforma do Regimento Interno do Senado na terça-feira. Além da flexibilização do rito de votação em Plenário – que já ocorre na prática, embora não conste do regimento –, o relator, senador Gerson Camata (PMDB-ES), propôs que as sessões plenárias não-

deliberativas, destinadas a discursos e à leitura de comunicações pelos senadores, sejam improrrogáveis.

Segundo Camata, a minuta do projeto de resolução de reforma do regimento não deverá reunir só mudanças ao texto em vigor, mas incorporar iniciativas já incluídas na rotina dos trabalhos das comissões e do Plenário. O relator acredita que isso irá impedir que alguma medida

adotada corriqueiramente possa ser contestada por não estar no regimento, conferindo “mais personalidade e força às decisões tomadas”.

A partir desse raciocínio, Camata propôs que seja normatizada a flexibilização dos interstícios e do segundo turno de votação de proposta de emenda à Constituição.

– Em vez de dias, o interstício deveria durar horas – defendeu ele.



MARCIA KALUME

Camata quer incorporar ao regimento práticas já adotadas no dia-a-dia da Casa

presidência

Príncipe debate meio ambiente

Herdeiro do trono britânico, Charles discute preservação ambiental em visita ao Congresso Nacional

O herdeiro do trono britânico, o príncipe Charles e sua mulher, Camilla Parker Bowles, duquesa de Cornuália, visitaram o Congresso Nacional na quarta-feira passada. Charles discutiu com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e outros parlamentares estratégias para a preservação do meio ambiente em nível mundial. Sarney informou que foi discutida, no que se refere ao Brasil, a definição de uma forma de gratificação para o sequestro de carbono.

– Eu tive oportunidade de dizer ao príncipe que o Brasil é o único país que tem a legislação ambiental em nível constitucional. Disse também que nosso país tem um exemplo histórico de preservação da natureza – afirmou o presidente do Senado, referindo-se ao fato de que, "enquanto todos os países do mundo se submetem às companhias colonizadoras que no século passado destruíram as florestas da Ásia e da África, o Brasil não permitiu sua entrada na Amazônia, o que contribuiu para a preservação da floresta".

Para o senador, o príncipe está se juntando à causa mundial de defesa do meio ambiente, adotada por grandes idealistas, uma vez que a grande ideologia que substituiu o pensamento comunista foi a ideologia da preservação ambiental.

O Reino Unido é constituído por Inglaterra, País de Gales, Escócia (que em conjunto formam a Grã-Bretanha) e Irlanda do Norte.

VISITA CHILENA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, na terça-feira, o ex-presidente do Chile Eduardo Frei, que cumpre uma agenda de contatos internacionais para, em seguida, entrar na corrida para disputar a sucessão de Michelle Bachelet no Palácio La Moneda. Senador democrata-cristão, Eduardo Frei já presidiu o Chile entre 1994 e 2000. Ele e Sarney conversaram principalmente sobre a crise financeira internacional.



Príncipe Charles assina livro de visitas, acompanhado pela mulher, Camilla Parker Bowles, Sarney, Temer e parlamentares

ESTATUTO DO TORCEDOR

Na sexta-feira, o presidente José Sarney participou, no Palácio do Planalto, da cerimônia de assinatura, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do projeto do Estatuto do Torcedor. A nova legislação deve resguardar os direitos dos torcedores nos espetáculos esportivos. O projeto pune com prisão cambistas e quem tentar manipular resultados dos jogos. Também disciplina as torcidas organizadas.

ELEIÇÃO DE DEPUTADO

Cristovam Buarque (PDT-DF) e uma delegação de brasileiros residentes em Massachusetts (EUA) e que representam o Comitê Pró-Cidadania Unido estiveram com o presidente José Sarney. Eles pediram prioridade na votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 5/05) que concede ao brasileiro residente no exterior o direito de votar num deputado que os represente.

ACORDO COM TCU

Os presidentes do Senado, José Sarney, e do Tribunal de Contas da União (TCU), Ubiratan Aguiar, assinaram um protocolo de cooperação para o intercâmbio de informações, desenvolvimento institucional, divulgação e promoção de ações de educação a distância. Segundo Sarney, a preocupação é capacitar as pessoas para evitar vulnerabilidades na administração de recursos públicos.

MAGISTRADOS

João Ribeiro (PR-TO) e o presidente e o vice-presidente da Associação Brasileira de Magistrados (ABM), Mozart Valadares e Wilson Dias, estiveram com José Sarney na última terça-feira para convidá-lo para a comemoração dos 60 anos da ABM e para o 20º Congresso Brasileiro de Magistrados.

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Um grupo de jovens da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) esteve com José Sarney na última quarta-feira. Eles fizeram uma manifestação para pressionar os parlamentares a aprovarem o projeto de lei da Câmara 180/08, que reserva 50% das vagas em universidades públicas para alunos egressos de escolas financiadas pelo Estado.

DIRETOR-GERAL DA ANP

O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, fez, na última quarta-feira, uma visita de cortesia ao presidente do Senado, José Sarney. Um dos fundadores do PMDB da Bahia, Haroldo Lima pôde oficialmente filiar-se ao PCdoB em 1985, quando Sarney, então presidente da República e responsável pela condução da transição democrática, colocou os partidos comunistas na legalidade.

ENCONTRO DE CONTAS

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM) entregou ao presidente do Congresso, José Sarney, o documento *O impacto da Previdência nas finanças municipais*. Os prefeitos solicitam que o Congresso e a Secretaria de Relações Institucionais, da Presidência da República, atuem para promover um encontro de contas entre os municípios e o Regime Geral da Previdência Social.

EXCESSO DE MPS

Durante o seminário "Direito e democracia: a nova separação dos Poderes", na quinta-feira, José Sarney afirmou que "a excessiva edição de medidas provisórias é uma maneira de intervenção do Executivo, que acaba assumindo funções do Legislativo".

VERBAS PARA EDUCAÇÃO

Recebido na quarta-feira pelo presidente José Sarney, o ministro da Educação, Fernando Haddad, pediu pressa do Legislativo na aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 277/08) que aumenta os recursos orçamentários federais vinculados à educação. A principal mudança que a proposta traz consiste em vincular os gastos com educação ao produto interno bruto (PIB).

Diretor de Recursos Humanos deixa o cargo

O presidente José Sarney aceitou na tarde de sexta-feira o pedido de dispensa do diretor de Recursos Humanos do Senado, João Carlos Zoghbi, que exercia a função desde 1995. Nesta segunda-feira, deve ser anunciado o nome do servidor que o substituirá. Antes de pedir dispensa do cargo, João Carlos Zoghbi havia devolvido ao Senado um apartamento funcional que, segundo denúncia da imprensa, era utilizado indevidamente por um de seus filhos.

Concurso do Senado é homologado

A homologação do resultado final do concurso público para os cargos de analista e técnico legislativo foi publicada no *Diário Oficial da União*. O concurso destinou-se ao preenchimento de 91 cargos de nível superior e 59 de nível médio. A nomeação dos aprovados, entretanto, não é instantânea. Dependerá da necessidade do Senado e da disponibilidade orçamentária, além de respeitar o número de vagas estabelecido no edital e a ordem de classificação dos candidatos.

Senado Cultural inicia atividades no próximo dia 25

O Senado Cultural, que reúne a programação anual da Casa, dá início às atividades no dia 25, em solenidade a ser presidida pelo senador José Sarney. Vários convênios com entidades culturais terão assinatura simbólica no evento. O programa trará a exposição *Clarice Lispector*, sucesso de público em São Paulo que destaca a vida e a obra de uma das mais importantes escritoras do país.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata
Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Elga Mara Teixeira Lopes
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Sueli Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

BISCOITO FINO



Nascido em Petrópolis, o violonista (D, ao lado do músico Guinga) reinventou a técnica da mão esquerda, além de influenciar toda uma geração e criar uma nova escola para o instrumento

Conversa de Músico apresenta Marcus Tardelli

Violonista autodidata nos estudos musicais é considerado uma das maiores revelações da música brasileira

O *Conversa de Músico* desta semana mergulha na sensibilidade da alma e na capacidade técnica do violonista e arranjador Marcus Tardelli. Considerado uma das maiores revelações da música brasileira, Tardelli tem se firmado como um dos grandes nomes do violão mundial. Ainda jovem, tem influenciado toda uma geração de violonistas e criado uma nova escola para o instrumento.

Natural de Petrópolis (RJ), o violonista é autodidata nos estudos musicais. Reinventou a técnica da mão esquerda ao usar o polegar como um dedo ativo na frente do espelho e os

outros dedos em angulações jamais vistas.

Tardelli está em constante busca da harmonia mais perfeita e do caminho orquestral no violão. Ele apresenta o repertório *Chanson pour Michelle* (Tom Jobim), *Imagina* (Tom Jobim e Chico Buarque), *Mingus Samba* (Guinga e Aldir Blanc), *Ciranda n° 2* (Heitor Villa-Lobos) e *Baião de Lacan* (Guinga e Aldir Blanc).

Conversa de Músico

TV Senado
22/3, domingo, às 10h, 18h e 24h

Os efeitos da crise financeira mundial no agronegócio

De que forma a crise internacional está afetando o agronegócio brasileiro? O governo tem mostrado agilidade na adoção de medidas para ajudar o setor? O protecionismo nos países ricos ameaça as exportações brasileiras? O que o Congresso pode fazer para apoiar os agricultores e pecuaristas?

Essas e outras perguntas

serão respondidas na entrevista especial do *Conexão Senado*.

O programa vai ouvir a opinião de parlamentares e especialistas sobre a questão.

Conexão Senado

Senado FM e OC
16/3, segunda-feira, às 8h
Internet: 16/3, segunda-feira

Mais poder para os tribunais de contas

O programa *Fique por Dentro da Lei* vai debater a atuação dos tribunais de contas da União e dos estados. A entrevistada é a conselheira do Tribunal de Contas do Tocantins Dóris de Miranda Coutinho.

Ela fala sobre as dificuldades de reaver para os cofres públicos o dinheiro mal aplicado pelos gestores.

De acordo com a conselheira, falta uma legislação que dê aos tribunais de contas o poder de executar suas decisões, como acontece no Poder Judiciário.

Fique por Dentro da Lei

Senado FM e OC
16/3, segunda-feira, às 10h
Internet: 16/3, segunda-feira

A importância das rádios comunitárias

A radiodifusão comunitária pode ampliar o espaço de debate público no nível municipal. Essa é a opinião da jornalista Adriane Lorenzon, entrevistada do *Estação da Mídia*.

Adriane é autora de *Poder local no ar: municipalização das rádios comunitárias e fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil*. O livro é resultado de tese de mestrado que apresentou à Universidade de Brasília, em que estudou a Rádio Comunitária Educativa Elos FM, de Itabuna (BA). Adriane trabalhou nas rádios Câmara e Cultura, em Brasília, e Unijuí (RS).

Estação da Mídia

Senado FM
17/3, terça-feira, às 7h30
Internet: 17/3, terça-feira

Disfunção da ATM em debate na Rádio

O tema do programa *Pergunte ao Doutor* desta quarta-feira é a articulação têmporo-mandibular, conhecida como ATM, fundamental para movimentar a boca. Problemas na articulação e em músculos e ligamentos da região podem provocar dores de cabeça, no rosto, na coluna, nos ombros, dor ou sensibilidade nos dentes, estalos perto do ouvido, zumbidos, dificuldade para mastigar, falar e até para abrir a boca. Estima-se que 33% das pessoas que sofrem de dores crônicas têm o problema, mas a maioria desconhece a disfunção. Para entender e identificar a ATM, a Rádio Senado conversa com a cirurgiã-dentista Simone Carrara, especialista em disfunção têmporo-mandibular e membro da Sociedade Brasileira de ATM.

Pergunte ao Doutor

Senado FM
18/3, quarta-feira, às 7h30
Internet: 18/3, quarta-feira



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico: Satélite: B1
Transponder: 11 A2
Polarização: horizontal
Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas *Real Player* ou *Windows Media Player*

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Acordo ortográfico

"Sabemos que a linguagem não é um meio de comunicação estático, sofrendo variações, aperfeiçoamentos e mudanças ao longo do tempo. A língua portuguesa já é derivada de outras línguas arcaicas. O próprio tempo pede mudanças e atualizações. Com a globalização e a tecnologia da informação – cada vez mais céleres –, é mais que necessário uma língua mais padronizada entre os países de língua portuguesa. Sou a favor do acordo ortográfico, mas gostaria que ele fosse aperfeiçoado e fosse mais radical, com regras gramaticais que simplificassem mais a comunicação."

Hermínio Gomes de Oliveira Filho, de Guaiúba (CE)

Contra a corrupção

"Sinto-me plenamente representada por este bravo pernambucano que teve a coragem de enfrentar a máquina podre que, em grande parte, ocupa o Poder Legislativo em nome de um povo que de boa-fé lhe dá os mandatos. O senador Jarbas Vasconcelos, em sua condição de dissidente do PMDB, já anunciava não pactuar com a corrupção, postura muito distinta de alguns pernambucanos que estão no Congresso. Pernambuco só tem glórias e aplausos para seu filho, cujo exemplo deve ser seguido por todos que desejam um Brasil diferente. Espero que de cada parte do país o grito de alerta do senador Jarbas seja seguido. Vamos em frente acordar todos os brasileiros para um grito em defesa da transparência, da decência e honradez com as coisas públicas. Bravo senador Jarbas! O Brasil precisa de homens como o senhor."

Inalda Bacelar, do Recife (PE)

Reforma política

"Sugiro que os senadores se disponham a discutir, na reforma política, a extinção do foro privilegiado e também a diminuição de recursos judiciais que favorecem pessoas que têm condições de pagar um bom advogado. Esses

privilégios fortalecem a impunidade no país."

Francisco das Chagas de Sousa, de Mucambo (CE)

Liberdade aos pássaros

"O meio ambiente agradece àquele que protege sua fauna, flora e todos os biomas. Precisamos de leis mais severas para proibir não somente a captura de pássaros que estão em extinção. Precisamos unir forças para proibir que canários, pássaros-pretos, coleirinhas e outros fiquem engaiolados. Gente, a natureza é nossa, por isso, para que prendê-los? Peço aos políticos que façam uma lei nesse sentido."

Laudelina da Silva, de São Paulo (SP)

Feriados em excesso

"O que acontece com os nossos representantes? Não conhecem a lei? O Rio de Janeiro, conforme foi publicado, possui seis feriados, contrariando a lei – que preceitua no máximo quatro. Além da sobrecarga tributária que penaliza o empresariado, esses feriados em excesso só contribuem para aumentar a informalização do trabalho e dificultar novas contratações. Por que os nossos deputados não criam leis para otimizar o desenvolvimento? A intenção é continuarmos subdesenvolvidos?"

Mônica Conceição do Espírito Santo de Castro, de Anchieta (RJ)

Consulado em Lisboa

"Tenho uma reclamação a fazer sobre o consulado brasileiro em Lisboa. Brasileiros são humilhados e tratados como se fossem ninguém, enfrentando filas absurdas. Eu já cheguei no consulado às 5h para ser o vigésimo da fila, sendo que o consulado só abre às 9h30. Além disso, quando precisamos de alguma documentação encontramos dificuldade, por causa da falta de qualificação dos funcionários."

Rogério Leonardo Ferreira, de Lisboa (Portugal)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Estamos sendo o que popularmente se chama de boi de piranha. Enquanto tudo passa, nós ficamos aqui na frente. E os grandes problemas não estão surgindo. Estamos discutindo pequenas coisas

José Sarney, ao desabafar que o Senado virou alvo de denúncias por ser transparente e não por ser uma "caixa-preta"

Essa é a história da "marolinha". A minha pergunta é: quem vai dar o rumo para o Brasil? Alguém tem que dar. Precisamos de liderança

Marisa Serrano, lembrando o fato de o presidente Lula, no ano passado, ter se referido aos reflexos da crise no Brasil como "marolinha"

Não se pode admitir que crimes sexuais sejam banalizados em jogos que podem chegar às mãos de crianças e adolescentes e mesmo alimentar a fixação doentia de muitos adultos

Romeu Tuma, para quem é "inadmissível" a circulação do jogo de computador RapeLay, no qual ganha pontos o jogador que "estuprar virtualmente" mais mulheres em um metrô.

O governo dá com uma mão e tira com a outra

Rosalba Ciarlini, lamentando a queda nos recursos do Fundo de Participação dos Municípios.

Bravas mulheres brasileiras, está aí aberta uma perspectiva mais que positiva a quem desejar se candidatar a prefeita, governadora ou presidenta da República



FOTOS: GERALDO MAGELA

Ideli Salvatti, sobre pesquisa do Ibope mostrando que 90% dos brasileiros querem eleger mulheres para cargos públicos.

Com a evolução da ciência e da tecnologia, espero que as cirurgias possam ser acompanhadas de cirurgia plástica para devolver à mulher a beleza como Deus imaginou

Mão Santa, ao defender cirurgia gratuita de reconstrução de mama às mulheres que passam por mastectomia.

Perguntei ainda ao diretor [de uma instituição de menores] quem é o herói desses adolescentes infratores e ele respondeu que é o Fernandinho Beira-Mar. Eu achei que ele estava brincando, mas infelizmente falava a verdade

Cristovam Buarque, lamentando o baixo índice de recuperação de jovens na instituição da Granja do Torto no Distrito Federal.

Quem semeia ilegalidades como arma política colhe instituições desmoralizadas

Sérgio Guerra, para quem o delegado da Polícia Federal Protógenes Queiroz estaria a serviço de um esquema de poder lulista-petista.

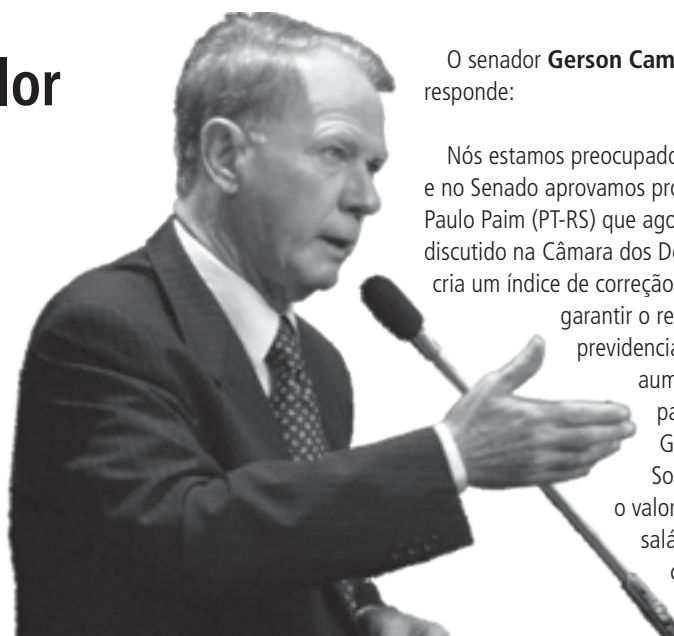


pergunte ao senador

Recomposição do valor das aposentadorias

"Até quando o presidente da República irá diminuir o salário dos aposentados e pensionistas? Os prefeitos dos municípios não estão se importando com esse segmento da população. Peço providências por parte dos parlamentares, que são os representantes deste país."

Rogério Mauro Salles Siciliano, de São Gonçalo (RJ)



O senador **Gerson Camata (PMDB-ES)** responde:

Nós estamos preocupados com essa situação e no Senado aprovamos projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que agora está sendo discutido na Câmara dos Deputados. A proposta cria um índice de correção previdenciária para garantir o reajuste dos benefícios previdenciários de acordo com o aumento do valor mínimo pago pelo Regime Geral da Previdência Social. Na prática, como o valor mínimo é igual ao salário mínimo, o projeto cria uma regra para garantir um reajuste

próximo ao do salário mínimo. Ao mesmo tempo, restabelece o número de salários mínimos pagos na época da concessão do benefício. A proposta estabelece uma regra de transição de cinco anos até que a proporção entre benefício e valor mínimo seja totalmente recuperada. O índice, que será individual, passará então a ser usado para cálculo dos reajustes por toda a vida do beneficiário. Tenho informações de que o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, vai colocar logo o tema em votação, diante da sua importância. Sem dúvida, o aposentado não pode ser discriminado exatamente na época em que vai precisar do dinheiro da aposentadoria para comprar remédios e buscar assistência médica. Além disso, sabemos que, hoje, a renda do aposentado ajuda a complementar a renda dos demais membros da família, inclusive dos netos.

Perda do equilíbrio pode ser sinal de labirintite

As labirintopatias são distúrbios que ocorrem quando o labirinto, o ouvido interno – órgão responsável pelo equilíbrio e audição –, é afetado. O que é popularmente conhecida como labirintite é, na verdade, uma infecção ou inflamação do labirinto, uma labirintopatia de ocorrência rara. Conheça nesta edição do *Especial Cidadania* os sintomas, causas e tratamentos indicados para as doenças do labirinto.

Distúrbio pode ter diversas causas

Os problemas que afetam o labirinto e comprometem o equilíbrio causando tontura ou vertigem podem ter diversas origens, desde alterações nas estruturas do sistema vestibular até problemas clínicos em outros órgãos ou sistemas. Possíveis origens de problemas no labirinto:

- traumatismos de cabeça e pescoço;
- infecções (por bactérias ou vírus);
- drogas ou medicamentos (nicotina, cafeína, álcool, maconha, anticoncepcionais, sedativos, tranquilizantes, antidepressivos, anti-inflamatórios, antibióticos etc.);
- alimentação com excesso de gordura, sal e açúcar;
- tumores;
- envelhecimento;
- distúrbios vasculares (hiper ou hipotensão arterial, arteriosclerose);
- doenças metabólicas (endócrinas: hipercolesterolemia, hiper ou hipoglicemia, hiper ou hipoinsulinemia, hiper ou hipotireoidismo);
- anemia;
- problemas cervicais;
- doenças do sistema nervoso central;
- alergias;
- distúrbios psiquiátricos.

As labirintopatias mais comuns são as seguintes:

- vertigem postural paroxística benigna: breves e repentinos episódios de vertigem e/ou enjoo aos movimentos da cabeça;
- neurite vestibular: vertigem aguda, intensa e prolongada, com náuseas e vômitos. Pode ser de origem inflamatória ou infecciosa (viral);
- doença de Ménière: crises vertiginosas, diminuição da audição e sensação de pressão no ouvido;
- otites, viroses e remédios ototóxicos (danosos ao ouvido): são as mais comuns na infância;
- cinetose (mal do movimento): tonturas, náuseas, vômitos eventuais, palidez e suor que ocorrem quando a pessoa está em um veículo em movimento por conta do conflito de informações entre o sistema proprioceptivo (informando que o corpo está parado) e o labirinto (informando que há movimento);
- surdez súbita e vertigem: a perda auditiva surge, habitualmente, em um dos ouvidos e tem causas diversas, como infecções por vírus, traumas cranianos ou acústicos, doenças auto-imunes, vasculares, tumores etc. Podem ocasionar tontura de vários tipos;
- esclerose múltipla: doença crônica e progressiva do sistema nervoso central.

Tontura e zumbidos são sintomas

Também conhecido como ouvido interno, o labirinto é formado pela cóclea – responsável pela audição – e pelo vestíbulo, que está relacionado ao equilíbrio. De acordo com a otorrinolaringologista Luciana Novellino, as pessoas definem como labirintite a vertigem, uma tontura com características rotatórias, que ocorre quando há alterações no equilíbrio.

O equilíbrio do corpo depende do funcionamento do labirinto e de sua comunicação com os sistemas ocular, proprioceptivo (músculos e articulações) e nervoso central. O médico Arnaldo Linden, mestre em otologia e professor de Medicina da

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, explica que o sistema labiríntico recolhe os impulsos de todos os sensores, e o sistema nervoso central recebe essas informações para serem analisadas. Se as informações forem conflitantes, a pessoa pode ter tontura e enjoo.

Sintomas como tontura, desequilíbrio, surdez ou zumbido podem ser sinais de comprometimento do labirinto. A tontura – que é a sensação errônea de movimento do corpo em relação ao ambiente ou o contrário – tem origem labiríntica em 85% dos casos, mas também pode ser de origem visual, neurológica ou psíquica.

Tratamento visa atingir fatores que provocam o mal

O diagnóstico das labirintopatias é feito por uma avaliação otorinolológica que inclui o estudo da história clínica do paciente (informações detalhadas sobre sua tontura e outros sintomas, antecedentes pessoais e familiares, hábitos de vida, medicações e preferências alimentares), exames complementares (sangue, urina, radiológico) ou avaliações em outras áreas médicas, como endocrinologia, neurologia, cardiologia e psiquiatria, e uma sequência de testes auditivos e de equilíbrio corporal (testes labirínticos). A tomografia computadorizada e a ressonância magnética também são exames importantes a serem realizados.

O tratamento etiológico (da causa) é sempre mais eficaz que aquele que se propõe somente a eliminar os sintomas, com medicamentos sedativos e repouso. Conheça as medidas que devem ser tomadas em conjunto, segundo o otorrinolaringologista Arnaldo Linden, para garantir o sucesso do tratamento das labirintopatias:

- procurar eliminar ou atenuar a causa da tontura;
- utilizar com critério os medicamentos antivertiginosos (usados no tratamento das tonturas com a função de deprimir o sistema labiríntico). Os remédios devem ser prescritos de acordo com o diagnóstico médico e baseados

nas reações orgânicas e psíquicas de cada paciente;

- personalizar os exercícios de reabilitação do equilíbrio: a reabilitação vestibular reajusta as relações entre os sinais enviados pelas estruturas responsáveis pela manutenção da postura corporal (labirinto, olhos, pele, músculos e articulações). São exercícios repetitivos com os olhos, a cabeça e o corpo que aceleram a compensação vestibular, ativando a neuroplasticidade – mecanismo natural em que o sistema nervoso tenta recuperar sozinho o equilíbrio quando ocorre uma lesão no vestíbulo. Estudo publicado pela *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia* em março de 2008 conclui que, quando bem indicada e seguida pelo paciente, a reabilitação vestibular é um método terapêutico eficaz no tratamento de labirintopatias em poucas sessões;

- correção de práticas alimentares que podem agravar a vertigem e sintomas associados;

- mudança de hábitos ou vícios que possam ser fatores de risco, como o uso de açúcares de absorção rápida, café, álcool e fumo;

- cirurgia da vertigem: destinada a casos específicos (tumores, fracassos do tratamento clínico em certas doenças), em combinação, ou não, com as medidas citadas anteriormente.

Saiba mais

ABC da Saúde Informações Médicas Ltda.
Av. Júlio de Castilhos, 44,
14º andar
Centro – Porto Alegre (RS)
CEP 90030-130
(51) 3225-2259
abcdasaude.com.br
gerencia@abcdasaude.com.br

Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (responsável pela *Revista Brasileira de Otorrinolaringologia*)
Av. Indianópolis, 740 – Moema
São Paulo (SP) – CEP 04062-001
(11) 0800 7710821 e 5052-9515
rborl.org.br